



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (CFCH)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FE)
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

**A EDUCAÇÃO POR PRINCÍPIOS:
uma abordagem educativa bíblica de formação cristã**

JULIA VITAL THELES

Rio de Janeiro (RJ)

2020

JULIA VITAL THELES

**A EDUCAÇÃO POR PRINCÍPIOS:
uma abordagem educativa bíblica de formação cristã**

Monografia apresentada à Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientador(a): Prof.^a Dr^a. Cristiana Carneiro

Rio de Janeiro (RJ)

2020



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PEDAGOGIA

ATA DA SESSÃO DE DEFESA DE MONOGRAFIA

Aos 5 dias do mês de _fevereiro de 2021, com base na Resolução CEG nº 02, de 15 de abril de 2020, reuniu-se em sessão remota, que foi gravada, a Banca Examinadora da Monografia intitulada: _A EDUCAÇÃO POR PRINCÍPIOS: uma abordagem educativa bíblica de formação cristã, de autoria do(a) graduando(a) JULIA VITAL THELES, DRE 115057178, do Curso de Licenciatura em Pedagogia. A Banca, participando por videoconferência, foi constituída pelos professores: Maria Judith Sucupira Lins, Reuber Gerbassi Scofano e Cristiana Carneiro, este(a) na condição de orientador(a) e presidente da sessão. Às 13:03 h, a sessão foi aberta, convidando-se ao/à candidato(a) a fazer breve exposição sobre a monografia em julgamento e concedendo-lhe o prazo máximo de 20 minutos. Finda a exposição, passou-se a palavra aos participantes da Banca Examinadora, esclarecendo-se que cada um deles dispunha de até 10 minutos para sua arguição e que o/a candidato(a) dispunha do mesmo tempo para as respostas. Ao final da arguição, a Banca Examinadora analisou e decidiu reservadamente sobre a Monografia apresentada. A seguir, o/a presidente comunicou que a Banca Examinadora considerou a monografia aprovada com a nota _8,0_. O/A presidente da Banca Examinadora deu por encerrada a sessão às 14:15h. E, para constar, eu, (nome completo), lavrei a presente ata que foi assinada por mim representando todo os membros da Banca e o/a candidato(a).

(Cristiana Carneiro – orientador(a))

(Maria Judith Sucupira Lins – professor(a))

(Reuber Gerbassi Scofano – professor)

(Julia Vital Theles – candidato(a))

Cristiana Carneiro
Presidente da banca

AquEle que é O Princípio de tudo o que há.

AGRADECIMENTOS

Primeira e especialmente a Deus, meu Criador, Autor da minha vida, Pai, Quem me instruiu e ensinou o caminho que eu devia seguir, aconselhou sob a Sua vista e cuidou de mim como prometeu, em cada fase da minha trajetória. A Ele consagro tudo o que sou e cada conquista que Ele me conceder, pois dEle, por Ele e para Ele são todas as coisas, a Ele toda a Glória, meu louvor e gratidão para toda a Eternidade!

À minha família, especialmente meus pais, André e Simone, sobretudo por terem me apontado os caminhos do Senhor, e por todo amor, suporte, incentivo e investimento para que eu me tornasse quem sou, inclusive espiritual, acadêmica e profissionalmente. Às minhas irmãs, Marina, por ter me despertado o amor pelo universo infantil só de entrar em minha vida, e Malu por ser minha cobaia e principal estudo de caso.

À Igreja de Cristo da qual sempre fiz parte por meio de algumas instituições, incluindo o Seminário, e fui acolhida, amada, ensinada e conheci as primeiras pedagogas da minha vida, que me instruíram com amor, e as crianças que se tornaram minhas primeiras amadas alunas.

Aos educadores inspiradores que atravessaram a minha trajetória e, a partir de seus exemplos, despertaram meu comissionamento educacional.

À Universidade Federal do Rio de Janeiro, resposta de Deus às minhas orações quanto à vida acadêmica. Aos professores e amigos que fiz dentro dessa instituição renomada, que marcaram minha história, com destaque para a minha orientadora Cristiana Carneiro, e os professores Reuber Scofano e Maria Judith Sucupira, sem os quais essa monografia não teria se concretizado. Em especial, às amigas e fiéis escudeiras desde o 1^o período: Ingrid Sovat e Nathalia Carvalho, que tornaram cada etapa mais leve e edificante, sequer consigo imaginar como teria sido sem vocês. Aos mochileiros, pela amizade e parceria, e às "varoas do manto" por todo suporte sobretudo em intercessão.

Ao Conexão (movimento cristão universitário): igreja, família e ministério que o Senhor me presenteou na faculdade, e à cada pessoa que me marcou por meio desse movimento inspirado por Deus, que renovou minhas forças, fé e ânimo durante esses anos.

À Vine International Christian School¹, e aos profissionais de excelência com os quais trabalho e venho aprendendo não só acadêmica e profissionalmente, como espiritual e ministerialmente. Nessa instituição, que tem sido referência para mim, fui apresentada a Educação por Princípios e instigada a pesquisá-la na presente obra.

"Eu Te louvarei, ó Senhor, entre as nações; cantarei Teus louvores entre os povos. Pois o Teu amor é tão grande que alcança os céus; a Tua fidelidade vai até as nuvens. Sê exaltado, ó Deus, acima dos céus! Sobre toda a Terra esteja a Tua glória!"

(Sl 57.9-11).

¹ Escola privada confessional cristã localizada no município do Rio de Janeiro.

“O temor do Senhor é o *princípio* da sabedoria; todos os que cumprem os seus preceitos revelam bom senso. Ele será louvado para sempre!” SI 111.10.

RESUMO

A presente monografia trata da Abordagem Educacional por Princípios (AEP) ou apenas Educação por Princípios (EP), uma proposta cristã de ensino aprendizagem fundamentada em princípios bíblicos, originada em 1965 nos EUA como *The Principle Approach*, que chegou ao Brasil em 1988. A metodologia caracteriza-se como pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa, para tanto, foi realizado um levantamento de bibliografias, por meio da revisão de literaturas. O objetivo é apresentar a abordagem e ampliar os conhecimentos a respeito da mesma, ainda pouco conhecida no Brasil, e como problema busca identificar o diferencial de sua proposta, haja vista que o cenário educativo brasileiro já apresenta um tradicional repertório de educação confessional cristã. Realizou-se um levantamento da trajetória histórica da AEP, bem como a conceituação de criança, infância, educação e aprendizagem segundo a abordagem e de teóricos científicos como Piaget (1896-1980) e Vygotsky (1896- 1934). Além da identificação e definição dos princípios bíblicos em que a proposta está ancorada e as ferramentas de ensino que adota, estruturando sua fundamentação filosófica, metodológica e curricular. Ao finalizar a pesquisa, os objetivos foram alcançados e concluiu-se que a inovação da proposta consiste, sobretudo, na primazia bíblica em cada etapa do processo educativo, independente da área do conhecimento, e notou-se uma lacuna científica na mesma. Sugerimos a realização de mais pesquisas que abordem o tema que está longe de se esgotar.

Palavras-chave: Educação por Princípios. Formação integral. Ensino confessional cristão. Princípios bíblicos.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E REFERENCIAIS TEÓRICOS	14
2.1 ORIGEM E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO POR PRINCÍPIOS.....	16
2.2 A EDUCAÇÃO POR PRINCÍPIOS NO BRASIL.....	20
2.3 CONCEPÇÃO DE CRIANÇA E DE EDUCAÇÃO DA EP.....	23
2.4 FUNDAMENTAÇÃO FILOSÓFICA DA EP.....	38
2.4.1 OS PRINCÍPIOS.....	40
2.5 FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA DA EP.....	44
2.6 FUNDAMENTAÇÃO CURRICULAR DA EP.....	57
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS	66

1 INTRODUÇÃO

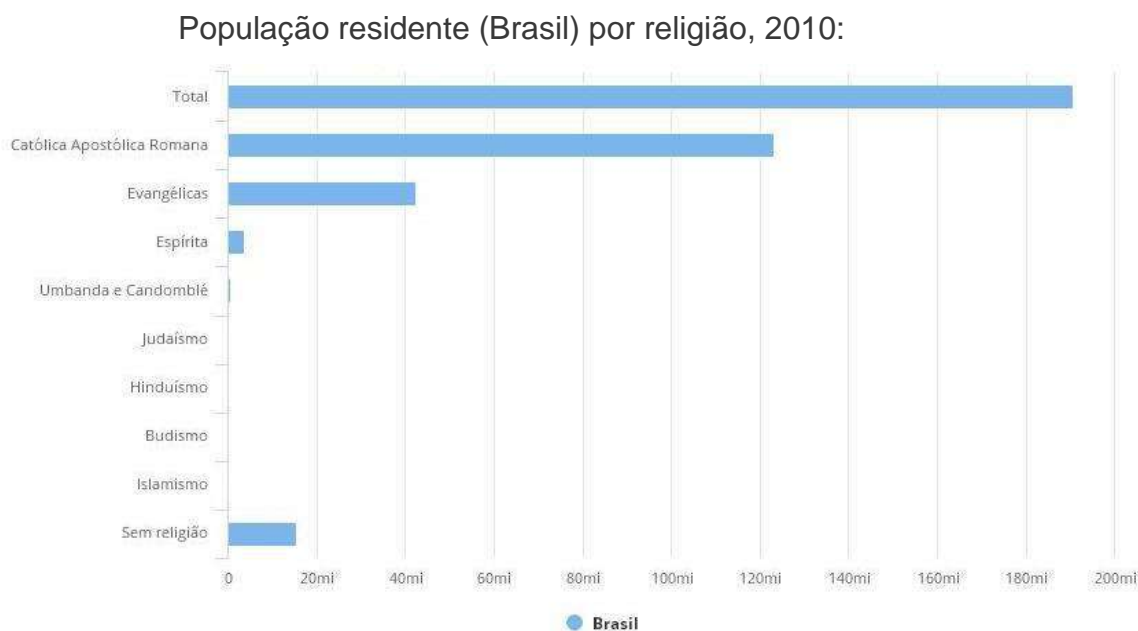
O tema proposto, pesquisado e analisado na presente monografia, refere-se à Educação por Princípios (*The Principle Approach*) que, basicamente, trata de uma abordagem educacional cristã, fundamentada em princípios bíblicos, idealizada por duas norte americanas: Verna Hall e Rosalie Slater, em 1965, que chegou ao Brasil em 1988, por meio da brasileira Cida Mattar (ALVES, 2012, 2015).

Em linhas gerais, a Abordagem Educacional por Princípios (AEP), como foi traduzida para o português, está ancorada nos sete princípios: Soberania, Caráter, Mordomia, Individualidade, Aliança, Governo e Semeadura e Colheita, inspirados na Bíblia. Quanto à metodologia, utiliza-se o que foi denominado de método dos quatro passos ou 4R's: *Researching, Reasoning, Relating, Recording* (em português: Pesquisar, Raciocinar, Relacionar e Registrar), e doze ferramentas de ensino: fichário de anotações, estudo de palavras, produção de textos, leitura de clássicos, estudo de biografias, constituição, linha do tempo, oportunidades de serviço, avaliação contínua, belas artes, memoriais e celebrações de aprendizagem (SOUZA, 2015). Cada aspecto aqui pontuado foi desenvolvido ao longo deste trabalho.

Essa proposta também tem enfoque na formação do caráter cristão dos educandos, e no desenvolvimento integral do sujeito, ao levar em consideração as diversas esferas de sua vida, e não somente a cognitiva. Para isso, a AEP prioriza um ensino voltado do interior para o exterior do indivíduo, a partir da renovação da mente por meio do conhecimento bíblico, desse modo, o alvo é desenvolver as características internas que, por sua vez, refletirão no exterior dos estudantes em comportamentos. Ensinados a pensar e raciocinar biblicamente, os educandos têm um papel ativo em seu processo de ensino-aprendizagem, sendo incentivados a atuar como construtores de seu conhecimento, por meio das ferramentas de ensino adotadas pela abordagem.

Segundo os dados mais atuais do censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (BRASIL, IBGE, 2010), mais de 160 milhões de brasileiros são cristãos, entre católicos e evangélicos (de diversas denominações e ramificações), fora outras religiões que também creem na pessoa de Jesus, como o espiritismo, por exemplo. Esse número consiste na

maioria populacional do território brasileiro, como podemos observar no gráfico a seguir:



Esse dado pode ser considerado um dos fatores que explica o crescimento do número de escolas confessionais no Brasil. Somente cadastradas no site InfoGuiaCristão, no Brasil há 261 instituições educativas cristãs, desde creche até a pós-graduação. Dentre as escolas associadas à Associação Internacional de Escolas Cristãs (ACSI), por exemplo, constam 102 instituições no país, excetuando-se as escolas cristãs brasileiras ainda não vinculadas ou cadastradas a redes maiores como estas.

No entanto, na cidade do Rio de Janeiro, a escola Vine International Christian School é a pioneira em adotar a Educação por Princípios (EP). Abordagem esta que apesar de internacional, de ter chegado ao Brasil no milênio passado (1988), e ser cada vez mais implementada em escolas confessionais em diferentes estados brasileiros (segundo informações do site da Associação de Escolas Cristãs de Educação por Princípios - AECEP), ainda não é muito conhecida, tampouco possui muitos materiais acadêmicos dedicados a pesquisá-la².

Levando em consideração que já existem outras escolas confessionais cristãs no Brasil há anos, bem como o conceito de Educação Moral, a

² Conforme pesquisas de levantamento bibliográfico realizadas em bibliotecas digitais das sociedades científicas, tais como: Google Scholar (<<https://scholar.google.com.br/?hl=pt:>>) e o portal de periódicos CAPES (<<https://www.gov.br/capes/pt-br>>).

concepção de aluno como sujeito ativo no processo de ensino-aprendizagem, e ensino que prioriza o interior e a formação integral do sujeito, qual é o diferencial da AEP, o que apresenta de inovador? Em que consiste esta proposta? De onde surgiu?

O problema central desta monografia pode ser descrito da seguinte maneira: Se há várias escolas confessionais no Brasil, qual o diferencial da Educação por Princípios, em termos de proposta pedagógica?

O objetivo central desta pesquisa consiste em ampliar o conhecimento a respeito da Educação por Princípios (EP), identificando qual a inovação de sua proposta. Como parte integrante, os objetivos específicos são: fazer um levantamento da trajetória histórica da AEP, desde a fundação, nos EUA em 1965, perpassando por sua chegada ao Brasil em 1988, até os dias de hoje; conceituar criança e educação segundo a perspectiva da AEP; identificar e definir os princípios em que está ancorada e as ferramentas de ensino que adota, para compreender sua estruturação filosófica e metodológica; e fundamentar sua estrutura curricular. Esses aspectos serão desenvolvidos respectivamente, conforme a ordem apresentada no presente parágrafo.

Antes do aprofundamento na Educação por Princípios, é importante mencionar aspectos da minha trajetória até a escolha desse tema, o que está relacionado com a minha vida e como surgiu o interesse em pesquisá-lo.

A princípio cabe mencionar que desde a infância, na capital do Rio de Janeiro, minha cidade natal, sempre congreguei em igreja cristã protestante, onde aprendi sobre a Bíblia como Palavra de Deus.

Aos 12 anos de idade, ganhei minha primeira irmã, quando tive meu interesse despertado para o universo infantil a partir de uma nova perspectiva. Dois anos mais tarde, com 14 anos, a líder do departamento infantil da igreja que eu congregava na época me fez um convite para auxiliar neste departamento juntamente com ela e outras pedagogas. Comecei auxiliando no berçário (0 a 3 anos), tempo depois passei a ministrar aulas para o maternal (3 a 6 anos), mais tarde segui lecionando para a turma denominada de “princípios” (6 a 9 anos), e, posteriormente, tornei-me professora dos alunos juniores (9 a 12 anos). Durante esse período, liderei células (pequenos grupos de estudo bíblico) infantis nas casas das crianças, participei de ações e

projetos sociais voluntários com crianças, adolescentes, jovens e adultos de áreas de vulnerabilidade social, dando aulas de reforço escolar, e servindo em retiros infantis.

Dessa forma, tive a oportunidade desde cedo de aprender com a experiência e mentoria de pedagogas, e lecionar para diferentes faixas etárias, o que contribuiu para a minha escolha, ao término do Ensino Médio em 2013, pela Pedagogia como curso acadêmico e carreira profissional.

Antes de ingressar na universidade, dediquei um ano, em 2014, a estudar em um Seminário Bíblico em regime de internato e tempo integral, no estado de São Paulo. Durante o ano como seminarista, também atuei com diversas crianças de diferentes faixas etárias, além de adolescentes, jovens e adultos, principalmente dentro de igrejas e escolas públicas. Para um dos trabalhos de conclusão do Seminário, escolhi o tema "Jesus como Mestre". Durante o mesmo ano, prestei vestibular para o curso de Pedagogia, fui aprovada e, no ano seguinte, em 2015, voltei para a minha cidade de origem e ingressei no curso almejado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Ao longo dos anos, enquanto estudante universitária continuei ativamente envolvida com o ensino e a igreja, além de também estagiar em diferentes escolas, tanto da rede municipal, quanto Estadual e Federal. No meu último período acadêmico, comecei a trabalhar em uma instituição de ensino privada e confessional cristã que adota AEP. Nessa escola, conheci essa abordagem educacional cristã da qual eu sequer tinha conhecimento da existência, bem como tive a oportunidade de participar de treinamentos, reuniões, cursos, workshops, ministrar aulas e elaborar planejamentos de acordo com a AEP. Essa instituição visa trabalhar princípios, passagens e até personagens bíblicos com as turmas, sempre articulados aos conteúdos curriculares conforme a legislação educacional vigente, incluindo habilidades da Base Nacional Curricular Comum (BRASIL, BNCC, 2017). Essa experiência tem sido diferente de tudo o que já li, ouvi e vi em meio ao contexto educacional e eclesiástico previamente, bem como de tudo o que já havia vivenciado dentro do âmbito educativo, seja como aluna, estagiária ou

educadora, o que despertou minha curiosidade e interesse por aprofundamento no tema.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E REFERENCIAIS TEÓRICOS

A metodologia utilizada para esta pesquisa foi o levantamento bibliográfico por meio da revisão de literaturas, de abordagem qualitativa. Quanto a essa metodologia, é importante compreender que “Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.” (GIL, 1999, p. 65, apud ALVES, 2012, p. 162). Sobre a mesma, cabe ainda o seguinte esclarecimento:

A pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação. (Boccatto apud Alves 2015, p.27)

Este trabalho foi construído a partir da metodologia da pesquisa bibliográfica, como recurso para examinar materiais por meio da revisão de literatura, a fim de problematizar e responder questionamentos levantados a respeito do tema pesquisado.

As primeiras ferramentas utilizadas para consulta inicial foram as bibliotecas digitais das sociedades científicas, tais como o Google Scholar³ e o portal de periódicos CAPES⁴, onde foram feitas pesquisas iniciais com termos chave sobre o assunto como, por exemplo: “Educação por Princípios”, “Abordagem Educacional por Princípios”, “*Principle Approach*”, entre outros. Posteriormente, foram realizadas pesquisas menos abrangentes, com mais filtros de busca, utilizando terminologias mais específicas com uso de aspas, afinando ainda mais o tema de acordo com o campo de interesse, o tipo de material, o idioma de preferência, o período de tempo desejado, o contexto de escrita, a abordagem da pesquisa. Em seguida, foi realizada uma leitura exploratória e seletiva, viabilizando uma triagem dos resultados obtidos pelas pesquisas, a fim de selecionar os materiais que, de fato, se referissem ao tema

³ <https://scholar.google.com.br/?hl=pt>

⁴ <https://www.gov.br/capes/pt-br>

específico desejado e tivessem relevância para a pesquisa, considerando o problema e objetivos da mesma.

Os principais materiais selecionados para servir como base central para a pesquisa e escrita do presente trabalho foram: “Abordagem Educacional por Princípios: um primeiro olhar”, de autoria de Lima, Rinaldi e Cartaxo (SP, AECEP, 2018), e “Educação Por Princípios e suas ferramentas clássicas de ensino” da autora Souza (MG, AECEP, 2015), dois artigos de autoria de Alves Pinz (2012 e 2015), concernentes aos temas de “Abordagem por princípios possibilita a restauração moral e ética na educação” e “Educação por princípios: uma abordagem de ensino e aprendizagem para o pleno desenvolvimento do indivíduo”, respectivamente; e o trabalho de conclusão de curso de graduação em Pedagogia intitulado “A educação cristã por princípios e sua aplicação” (OLIVEIRA, UNESP, 2015). Como fonte para coleta de dados, também foram consultados os sites da Associação das Escolas Cristãs de Educação por Princípios (AECEP) e da *The Foundation for American Christian Education* (FACE)

Partindo da leitura e estudo desses materiais como norteadores e outros complementares, foi possível sistematizar a história da AEP desde a sua origem em 1965, nos Estados Unidos, perpassando por sua implementação no Brasil, no ano de 1988, até os dias atuais. Em um segundo momento, foi feita a conceituação da visão de criança e de educação conforme a perspectiva dessa proposta. Em seguida, a fundamentação da filosofia da mesma, inclusive identificando-se e definindo-se os princípios em que se baseia. Posteriormente, discorreu-se a respeito da estrutura metodológica da AEP, explanando seus passos e ferramentas de ensino que adota. Por fim, apresentou-se o fundamento curricular dessa abordagem educativa.

2.1 ORIGEM E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO POR PRINCÍPIOS

Primeiramente, é importante reiterar que a Educação Por Princípios consiste em uma abordagem educacional cristã, que tem por base primária a Bíblia, compreendida como Palavra de Deus. Em segundo lugar, de acordo com Alves (2015), a primeira Constituição dos Estados Unidos também serviu como fonte para os princípios da AEP, justamente por se pautar no Cristianismo e nos preceitos bíblicos para seus princípios constitucionais, que norteiam o espírito de liberdade constitucional. Inclusive, ainda conforme a autora, muitas outras nações, como a brasileira, por exemplo, tiveram suas constituições inspiradas pela Constituição Americana (ALVES, 2015). Segundo Borges (2013, p. 2), diretora da Associação de Escolas Cristãs de Educação Por Princípios – AECEP:

De fato, o estudo da história norte-americana nos auxilia a perceber como os princípios do Cristianismo estavam presentes na estruturação da nação norte-americana, tanto durante o período da colonização inglesa e mais ainda, após a Revolução da Independência. Mesmo uma breve leitura de alguns bons livros infantis sobre o assunto revela significativas informações sobre a presença de princípios bíblicos na história da nação da outra América. Mas não são dos livros infantis que emanam as evidências de que a cultura norte-americana está solidamente fincada na cosmovisão cristã reformada. As evidências se fazem abundantemente presentes em documentos oficiais desde o May Flower Compct, passando pelos inúmeros electual sermons, sermões eleitorais pregados nos dias de eleições nas diferentes cidades das treze colônias, os textos das leis educacionais como o Massachusetts Act, (1642) (...).

Diante disso, depois de aproximadamente três décadas de leituras e estudos de documentos históricos, antigos e originais a respeito do período de colonização e de formação da nação estadunidense posterior à Independência, Verna Marie Hall, funcionária do governo americano na área de documentação antiga, tornou-se historiadora americana, levantando um vasto acervo com documentos e livros sobre a história cristã dos Estados Unidos (ALVES, 2012 e 2015). Segundo Alves (2012, 2015), Hall percebeu que os princípios de fundação já não eram mais vivenciados, ou sequer conhecidos pelos estadunidenses, mesmo os que compartilhavam da fé cristã. Na década de 60, a historiadora lançou a obra cujo título em português é “*História Cristã da Constituição dos EUA*”, discorrendo sobre como a filosofia e história cristã da América e a providência divina foram os alicerces para a construção, fundação

e formação da primeira nação e república constitucional cristã do mundo baseada em princípios da Bíblia, conforme consta no site da *The Foundation For American Christian Education* (FACE).

Até então os princípios ainda não tinham sido relacionados diretamente à educação, nem havia indícios disso como pretensão futura. Somente cinco anos mais tarde, em 1965, Rosalie June Slater, educadora, leitora e admiradora do trabalho de Hall, que havia sido inspirada por esta a pesquisar o modelo colonial de educação e caráter americano, publicou: *“Teaching and Learning America's Christian History: The Principle Approach”* (1965 – ainda não traduzido para a língua portuguesa, mas disponível em sites e apostilas da AECEP). Na obra, Slater descreve um currículo de ensino e aprendizado da história cristã da América, e o método histórico de educação que instrui as crianças a raciocinar a partir de uma ótica bíblica, para que se destaquem não só academicamente, como também tenham o caráter cristão formado, denominando o método de *“Principle Approach”* (conforme mencionado no site da FACE). Sobre o mesmo, no site da FACE também consta que: “Ao afirmar a soberania de Deus em toda a vida e reconhecer Sua mão na história humana histórica e atual, os alunos raciocinam por princípios e ideias principais para internalizar uma cosmovisão bíblica na produção de seu próprio aprendizado”.

Segundo Alves (2012, 2015), no mesmo ano em que a obra de Slater foi publicada (*Teaching and Learning America's Christian History: The Principle Approach*, 1965), ela e Hall fundaram a *Foundation For American Christian Education* (FACE), tendo na Educação por princípios uma proposta de retornar aos princípios bíblico-cristãos basilares da nação americana, objetivo de ambas como fundadoras. Sobre isso, Alves (2015, p.77-78) também afirma que:

Verna Hall e Rosalie Slater representam um movimento de resistência a este afastamento dos princípios cristãos, sobre os quais a nação norte americana foi construída. A Educação por Princípios é uma proposta de retorno histórico clássico à educação fundamentada nos princípios bíblicos e na prática historicamente consagrada.

A Educação por Princípios foi definida no site da FACE como um método cristão de raciocínio bíblico, cuja compreensão do ser humano deve se dar em sua totalidade. Entende o ser humano como um ser integral, digno de uma educação que vise seu desenvolvimento amplo, contemplando diversas esferas

da vida que não somente a intelectual, e que tenha as Escrituras como base de cada tema no currículo escolar. Dessa forma, cada disciplina parte da Bíblia ao ser ensinada.

A expressão “Abordagem por Princípios” originou-se da tradução do termo utilizado no título da obra mencionada (*Teaching and Learning America’s Christian History: The Principle Approach*) de autoria de Rosalie Slater (ALVES, 2015), e se encontra pautada na Bíblia em suas três principais vertentes: Filosofia, Metodologia e Currículo, que serão apresentadas individualmente nos próximos capítulos, e visam responder, respectivamente, as indagações filosóficas: “Por que?”, “como?” e “o que?”. Slater, por meio de seus estudos bíblicos e educacionais, chegou ao método bíblico de estudo e investigação que centraliza a Bíblia, como Palavra de Deus, e a coloca no coração de cada disciplina dentro do currículo da escola. Os educandos são ensinados a como aprender e a pensar desenvolvendo o raciocínio por princípios, por meio dos fundamentos bíblicos presentes em cada disciplina escolar.

A Educação por Princípios Bíblicos também foi definida pela mesma autora como “método cristão histórico americano de raciocínio bíblico, que faz das verdades da Palavra de Deus a base de cada assunto no currículo escolar”, em sua obra já citada “*Teaching and Learning*” (1965). Os princípios de todo o sistema educacional são extraídos da Bíblia, bem como as filosofias e conceitos presentes são construídos em consonância com as Escrituras.

Segundo o site oficial da FACE, esta fundação desenvolveu um currículo de ensino totalmente pautado na Abordagem Por Princípios, tanto para o segmento de Ensino Fundamental, quanto de Ensino Médio, chamado de “*The Noah Plan*” (em português, “O plano de Noé”). O plano foi assim batizado em referência à história bíblica da Arca de Noé, em que este homem constrói uma arca sob comando divino para salvar os justos que obedeciam a Deus em meio a uma humanidade corrupta e perdida, e, de modo semelhante, a educação cristã é compreendida nessa proposta como a “arca” que navegará nas gerações atuais sem ser submersa pelo dilúvio de “águas anticristãs e antirrepublicanas que ameaçam inundar a nação”, conforme o site da FACE.

O currículo é norteado pela visão de ensinar a filosofia de vida e os princípios que formam um “cidadão cristão racional”, segundo o mesmo site,

que possui uma cosmovisão bíblica como base norteadora para cada uma de suas decisões, partindo das Escrituras para ensinar cada disciplina. O site ainda afirma que:

'A educação de uma geração será a filosofia da próxima'. Abraham Lincoln (...). Nossa nação está agora colhendo o que foi semeado através de seu sistema de educação. A extração da Palavra de Deus da sala de aula e das políticas públicas estabeleceu ideais contrários aos princípios sobre os quais nossa nação foi fundada (...). A FACE apresenta a evidência da história cristã da América como um plano para restaurar aos EUA sua alfabetização, economia de livre iniciativa, honestidade, moralidade e mentalidade, e valores cristãos conservadores. Usando o currículo do The Noah Plan, a Fundação acredita que a educação permitirá que as gerações seguintes recuperem o caráter e os princípios bíblicos necessários para sustentar nossa república constitucional e liberdade com a lei⁵.

Enquanto se dava a série de acontecimentos apresentadas acima, paralelamente, Paul Jehle, segundo Alves (2015), durante os primeiros anos de seu recente ministério pastoral e como educador em uma escola particular em Massachusetts, investia tempo em oração e debruçava-se nos estudos bíblicos, a fim de se aprofundar no tema de princípios educacionais. Na década de 70, teve a oportunidade de participar de um seminário de Educação Cristã que a FACE promovia, quando tomou conhecimento das ideias de Hall e Slater e da relação com seus estudos bíblicos em prol da educação, conforme Alves (2015).

Ainda conforme Alves (2015), dez anos depois (1980), Jehle começou a construção da primeira escola a utilizar o método de Educação Por Princípios em solo americano, a *The New Testament Christian School*, em Plymouth, Massachusetts, sob a administração da Igreja do Novo Testamento. Segundo o site dessa igreja, as obras terminaram em 1982, e a escola foi fundada em seguida (não consta a data exata de fundação).

⁵ "The education of one generation will be the philosophy of the next'. Abraham Lincoln (...). Our nation is now reaping what was sown through its system of education. The extraction of the Word of God from the classroom and from public policy established ideals contrary to the principles upon which our nation was founded (...)The Foundation for American Christian Education presents the evidence of America's Christian history as a blueprint for restoring to America its literacy, free-enterprise economy, honesty, morality and conservative Christian mind-set and values. Using The Noah Plan® curriculum, the Foundation believes that education will enable succeeding generations to reclaim the character and Biblical principles needed to sustain our constitutional republic and liberty with law. The Noah Plan is the educator's tool to inculcate, instruct and impress upon the minds of students principles that will prosper a great and free United States of America, and enable the Gospel to reach the ends of the earth. Fonte: <https://face.net/the-noah-plan/>

2.2 A EDUCAÇÃO POR PRINCÍPIOS NO BRASIL

Conforme Alves (2012, 2015), na década de 80, a brasileira e pedagoga Cida Mattar conheceu a *Principle Approach* - ou Enfoque por Princípios, como era chamado na época -, durante um estágio que fez com o pastor e educador Paul Jehle, na escola que o mesmo fundou, a “*The New Testament Christian School*”, em Massachusetts (EUA). Na ocasião, conheceu e se tornou amiga de Lou Ann Hurst Falls, que a instruiu, ensinou e treinou segundo a Educação Por Princípios.

Ainda de acordo com Alves (2012, 2015), Mattar, impactada com tudo o que viu e aprendeu, entendeu que havia um comissionamento pessoal, isto é, uma missão pessoal de trazer essa visão a sua terra natal. Suas primeiras tentativas foram frustradas, ao apresentar a visão para a igreja local que fazia parte e outras da região que não compartilhavam do mesmo ideal. Somente mais tarde, no início do ano de 1988, na capital mineira, sua cidade natal, é que conseguiu apoio da Igreja Batista da Lagoinha (IBL, em Belo Horizonte – MG) por meio do Pastor Márcio Valadão, que prontamente se mostrou favorável a investir na visão. Depois de reuniões, Mattar juntamente com sua amiga americana Lou Ann, começou a dar treinamento para uma equipe de voluntários e professores contratados pela IBL. Conforme relatos de Brito (2014, s/p.), uma das pedagogas e professoras que participaram desse treinamento na época:

Cida não falava de uma escola denominacional ou com o foco confessional como conhecíamos mais comumente, ela falava de discipulado de alunos, de professores comprometidos com uma maneira bíblica de ensinar e aprender, ela falava de princípios bíblicos, de metodologia cristã, de pesquisar, raciocinar, relacionar e registrar. Ensinava-nos sobre Soberania, Caráter, Individualidade, União, Semear e Colher, Autogoverno e Mordomia. Falava de formar uma geração que atuasse em suas vocações como cristãos de tempo integral (...) A Cida não falava de educação cristã e especificamente de escola cristã como algo opcional, que quem sabe poderia dar certo, não, ela tinha convicção do que Deus tinha chamado para que ela fizesse (...) estudamos durante os 9 meses de treinamento o livro de Neemias [BÍBLIA], tínhamos a convicção que estávamos levantando os muros da educação cristã em nosso país.

Depois de uma série de reuniões, de Mattar traduzir materiais inclusive datilografando, e de nove meses desse treinamento, em 9 de fevereiro de

1989, foi fundada a primeira escola brasileira cristã por Princípios Bíblicos, com um total de 49 alunos, divididos em quatro turmas, a Escola Cristã da Igreja Batista da Lagoinha.

Outros nomes importantes para a história da Educação por Princípios no Brasil são os do casal Roberto e Ana Beatriz Rinaldi. No ano de 1991, em Virgínia, nos Estados Unidos, o casal Rinaldi teve contato pela primeira vez com o “Principle Approach”. Foram apresentados à brasileira Cida Mattar, de quem logo ficaram próximos por compartilharem a mesma visão educativa, e se uniram no objetivo em comum de divulgar a Educação Por Princípios no Brasil.

No ano seguinte, de acordo com Alves (2015), o casal retornou ao mesmo Estado, Virgínia (EUA), a fim de conhecer uma escola considerada referência em Educação Por Princípios, a Stone Bridge School. Com Mattar passaram a se capacitar e a divulgar a AEP no solo brasileiro, traduzindo materiais e promovendo eventos. Até que, em 1992, fundaram o Centro Renovo de Educação (CRE), em São Paulo, com a finalidade de orientar instituições de ensino que quisessem adotar essa metodologia por princípios (ALVES, 2015).

A parceria do casal Rinaldi com Cida Mattar também os levou a darem o primeiro Workshop de Educação Escolar Cristã, juntamente com mais uma associada da Guatemala. Mattar também viajava como missionária, acompanhada de nomes como Hélvia Brito e Dejanira Lopes Vieira, coordenadoras pedagógicas da Escola Cristã da IBL, com a finalidade de levar a Educação por Princípios para além das fronteiras mineira e paulista, implantando a visão em mais estados brasileiros.

Em 1997, segundo Alves (2015), mais precisamente no dia nove de abril, Roberto Rinaldi e Cida Mattar fundam a Associação de Escolas de Educação por Princípios (AECEP), na cidade de São Paulo, contando com apenas oito associados na época. Somente no ano de 2003, já com mais de oitenta instituições de ensino associadas é que a sede da AECEP foi transferida para a capital de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Segundo o site oficial da AECEP, esta se trata de uma organização não governamental e interdenominacional – isto é, não vinculada a nenhuma

denominação eclesiástica específica –, que hoje conta com escolas e educadores associados na maioria dos estados brasileiros, constantemente em crescimento, com destaque de maior número para a capital paulista. A associação visa desde a sua fundação, sobretudo, a capacitação de instituições de ensino, educadores, diretores, coordenadores e administradores escolares, oferecendo workshops de educação escolar cristã e de gestão escolar, bem como cursos de ensino a distância.

No entanto, no dia 23 do mês de janeiro do ano de 2014, com 55 anos de idade, Cida Mattar sofreu um infarto que levou ao seu falecimento no banheiro da Escola Jardim Boa Semente (Belo Horizonte – MG), onde trabalhava na época. Além de seu pioneirismo em Educação Por Princípios no Brasil e da sua formação em Pedagogia, também se formou em Psicopedagogia, e foi fundadora não só da Escola Cristã da IBL, do CRE e da AECEP, conforme já mencionado, como também da Rede Mãos Dadas e da Rede Evangélica Nacional de Ação Social (RENAS), segundo Brito (2014). Seu trabalho continua vivo e tem se expandido por meio de um número crescente de associados.

Como forma de honrar, homenagear e de manter a lembrança viva da pioneira e fundadora, a equipe da AECEP criou a iniciativa do “Prêmio Cida Mattar”, que é realizado anualmente em reconhecimento e incentivo aos trabalhos dos educadores associados e afiliados à associação. O intuito, segundo o site da AECEP, é identificar, valorizar e divulgar projetos de ensino e aprendizagem na AEP, favorecendo o crescimento dessa abordagem educacional, e consiste na seleção e premiação de trabalhos em que a Metodologia AEP é efetivamente aplicada.

2.3 CONCEPÇÃO DE CRIANÇA E DE EDUCAÇÃO DA EP

Antes de tratar de que criança fala a AEP e como esta abordagem a compreende, é importante refletir sobre o conceito de infância.

A infância, enquanto um período do desenvolvimento do ser humano, nem sempre foi compreendida como é atualmente. As fases da vida de maneira cronológica, em faixas etárias com suas especificidades, tanto biológicas quanto sociais, nem sempre fizeram parte de nossa cultura, conforme apontam estudos do historiador francês da família e da infância Ariès (1981).

Ariès (1981) traça uma histórica construção das concepções de infância, a partir das expressões adultas com relação às crianças, sobretudo por meio das expressões artísticas pintadas e esculpidas, também pelos registros escritos, interpretando os sentimentos subjacentes entre o adulto e a criança e as formas de lidarem com as mesmas.

Em sua obra, Ariès (1981) demonstra que, até a Idade Média, a criança sequer era entendida como tendo infância, e em nada era diferenciada do adulto, a não ser pela estatura, por isso era tida como uma espécie de adulto em miniatura. Embora as crianças existissem e fizessem parte da sociedade, a infância não era categorizada como uma faixa etária específica, não havendo o que o autor denomina de “sentimento da infância” (ARIÈS, 1981, p.145). Esse sentimento, diferente da afeição pelas crianças, “corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem.” (ARIÈS, 1981, p.145). Pode-se dizer que a infância, tal como a conhecemos atualmente, sequer existia naquela época, seu conceito era ausente, o que pode ser observado em aspectos como:

Pode-se observar a ausência da infância não apenas nas representações pictóricas, como também em qualquer esforço de segregar o seu modo de vida do dos adultos, seja na vida sexual (esta não consistia em algo a ser oculto dos infantes), no espaço da casa (não havia o “quarto das crianças” como espaço preservado), no dormitório (a maior parte das vezes elas dormiam com os adultos), na literatura (as fábulas não eram tão INFANTIS, bem como as crianças podiam ser alfabetizadas com clássicos como os diálogos platônicos), na pedagogia (as poucas escolas que existiam não segregavam alunos por turmas de idades, nem favoreciam o esquema de internato), no trabalho (era muito comum a alternativa pedagógica de se mandar um jovem realizar o seu aprendizado servindo em casas alheias; daí a origem do termo garçon nos restaurantes), nas guerras

(os exércitos não possuíam limite de idade, característica presente até o século XIX, e ainda presente em certas milícias guerrilheiras). (FERREIRA, 2006, p. 30).

Somente mais tarde, entre os moralistas e educadores do século XVII, começou certo interesse psicológico e de preocupação moral com a disciplina e a racionalidade, pois viam nas crianças “frágeis criaturas de Deus que era preciso ao mesmo tempo preservar e disciplinar” (ARIÈS, 1981, p.153).

Nesse contexto, Ariès (1981) atribui à escola forte papel de delimitação entre a infância e o mundo adulto, por funcionar não somente como um lugar de aprendizado, mas também como meio de viabilizar essa separação entre crianças e adultos. A delimitação espacial favoreceu diferentes práticas, saberes e concepções. As crianças, que circulavam tão livremente no universo adulto e apenas aprendiam os ofícios da família, passaram a ser também destinatárias de conhecimentos específicos, ministrados no espaço exclusivo da escola.

Todo esse movimento de construção da infância culmina, a partir do advento das ciências psicológicas, com a consolidação da infância como objeto de estudo da pesquisa científica (FERREIRA, 2006).

Na história da Psicologia, segundo Ferreira e Araújo (2017), o primeiro tipo de investigação psicológica a se estabelecer como padrão de referência para a formação de novos psicólogos foram os experimentos empreendidos e consolidados por Wilhelm Wundt (1832-1920). No entanto, embora o conceito de desenvolvimento já estivesse presente na psicologia wundtiana, este não se referia à evolução ontogenética - da infância até a velhice -, como na perspectiva da psicologia do desenvolvimento, mas sim ao desdobramento lógico dos processos mentais - do simples ao complexo. Embora fosse possível obter dados empíricos a partir da observação das crianças, estas ainda não eram consideradas sujeitos experimentais adequados, especialmente devido às limitações de comunicação e até compreensão das mesmas (FERREIRA e ARAÚJO, 2017).

Paralelo à consolidação dos trabalhos de Wundt surgiu a primeira ideia de uma psicologia científica do desenvolvimento infantil, conforme Ferreira e Araújo (2017). Em direção oposta à Wundt, William Preyer (1842-1897), inspirado pelos princípios da teoria darwiniana de evolução, apostou na

confiabilidade científica dos estudos observacionais sobre a criança, que culminou na sua principal obra, cujo título em português ficou conhecido como “A Mente da Criança” (no original: *Die Seele des Kindes*), no ano de 1882 (FERREIRA e ARAÚJO, 2017).

Nesse contexto, cabe destacar que:

O interesse pelos anos iniciais de vida dos indivíduos tem origem na história do estudo científico do desenvolvimento humano, que se inicia com a preocupação com os cuidados e com a educação das crianças, e com o próprio conceito de infância como um período particular do desenvolvimento. (CAIRNS, 1983; COLE & COLE, 2004; MAHONEY, 1998 apud MOTA 2005, s/p.).

Mota (2005, s/p.) define Psicologia do Desenvolvimento como:

O estudo, através de metodologia específica e levando em consideração o contexto sócio-histórico, das múltiplas variáveis, sejam elas cognitivas, afetivas, biológicas ou sociais, internas ou externas ao indivíduo que afetam o desenvolvimento humano ao longo da vida.

A autora ainda discorre a respeito da especificidade da Psicologia do Desenvolvimento Humano, afirmando que se encontra no estudo não só das variáveis externas como também internas dos indivíduos, que levam as mudanças no comportamento em períodos de transição rápida (infância, adolescência e envelhecimento). (BIAGGIO, 1978; apud MOTA 2005).

Tradicionalmente, o enfoque do estudo do desenvolvimento humano foi justamente a criança e o adolescente, tanto que até hoje somente esta etapa da vida é abordada por muitos manuais de psicologia do desenvolvimento (BEE, 1984; COLE & COLE, 2004, apud MOTA 2005, s/p.).

É importante mencionar que, segundo Ferreira e Araújo (2017), foi nos EUA que ocorreu a solidificação da psicologia do desenvolvimento, que contou com a influência de Stanley Hall (1844-1924) no plano organizacional e institucional e de James Mark Baldwin (1861-1934) para a sua sistematização. Baldwin, ainda conforme Ferreira e Araújo (2017), entre outras contribuições, defendeu o uso do método genético nas investigações psicológicas, propondo uma teoria geral do desenvolvimento cognitivo baseada na gênese das operações lógicas. Isso exerceu forte influência no pensamento de Jean Piaget (1896-1980), de acordo com Ferreira e Araújo (2017).

Mota (2005), ao sistematizar a evolução histórica da psicologia do desenvolvimento humano em fases divididas por intervalos de tempo, atribuiu como terceira fase a que compreende o período desde o ano de 1960 até aproximadamente 1989. Segundo a autora, nessa época observou-se a “re-emergência da Teoria Piagetiana como arcabouço teórico das pesquisas neste campo do conhecimento” (BIAGGIO & MONTEIRO, 1998, apud MOTA, 2005, s/p.) A Revolução Cognitiva atingiu a Psicologia do Desenvolvimento, e aspectos da cognição foram investigados, conforme a autora.

Devido ao marco histórico e às contribuições científicas, destaco Jean Piaget dentre os teóricos da Psicologia do Desenvolvimento Infantil. Cabe ainda mencionar Lev Vygotsky (1896- 1934) juntamente com Piaget, pois embora nem sempre concordantes em todos os aspectos, é possível encontrar proximidades entre as teorias desses pensadores que têm contribuído significativamente para a compreensão do desenvolvimento infantil e da aprendizagem. Ambos defendiam que a capacidade, tanto de conhecer quanto de aprender, está pautada em uma construção que acontece nas trocas estabelecidas entre o sujeito e o meio em que está inserido, conforme Felipe (2007).

Esses autores concebem o desenvolvimento infantil de forma processual e dinâmica, e entendem a criança não como ser passivo, e mero receptáculo de informações. Mas como alguém que desenvolve a capacidade afetiva, a sensibilidade, autoestima, raciocínio, o pensamento e a linguagem por meio do contato com seu próprio corpo, do que compõe o ambiente que lhe cerca, e da interação com outros. Não é de maneira isolada que acontece a articulação entre os níveis de desenvolvimento (não somente o cognitivo, como também motor e afetivo), mas de modo integrado e simultâneo, conforme explicação de Felipe (2007).

Esse aspecto pode ser subentendido no entendimento da criança segundo a AEP. Nessa abordagem, há enfoque no desenvolvimento integral do indivíduo, levando em consideração não somente o cognitivo e a intelectualidade, como também as demais esferas da vida, como a socialização, cooperação entre educandos e trabalhos em equipe. No entanto, essa é apenas uma aproximação inferida, pois não há menção aos teóricos do

desenvolvimento nos textos consultados. A ideia cristã de criança, base da AEP, compreende a formação integral de cada indivíduo, como um ser composto de corpo, alma e espírito (BÍBLIA, 1 Ts 5.23), sendo a alma constituída de emoções, sentimentos e intelecto (OLIVEIRA, 2015), e enfatiza a comunhão entre os indivíduos (BÍBLIA, Ec 9.9-12; 1 Ts 5.11).

A formação integral atende as necessidades do educando em cada um desses aspectos, inclusive o social, e o espiritual, e não somente o intelectual. Quanto a isso, João Amós Comenius (1592-1670), cientista, educador e escritor tcheco que como pedagogo é considerado pai fundador da Didática Moderna, afirma que “[...] uma vez que dos anos da infância e da educação depende todo o resto da vida, se os espíritos de todos não forem preparados desde então para todas as coisas de toda a vida, está tudo perdido”. (COMENIUS, 1966, p. 43),

Essa concepção de criança dialoga com a que consta no Estatuto da Criança e do Adolescente, conforme podemos observar no Art 3º e 53º, respectivamente:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção *integral* de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o *desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social*, em condições de liberdade e de dignidade.

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao *pleno desenvolvimento de sua pessoa (...)*. (ECA, BRASIL, 2008. Grifos da autora).

Voltando aos teóricos da infância e aprendizagem, segundo Palangana (1994, apud LIRA, 2008), tal qual Piaget, Vygotsky também explica a relação entre aprendizagem e desenvolvimento baseado em princípios interacionistas. O que significa, em linhas gerais, que para esses autores a aprendizagem só é possível a partir da interação com os demais e com o ambiente cultural.

Diferem na medida em que Vygotsky (1984, apud LIRA, 2008) supervaloriza o papel da interação na aprendizagem ao destacar as relações dialéticas de construção do conhecimento e centraliza a linguagem, enquanto Piaget (1973, apud LIRA, 2008), por sua vez, tende a supervalorizar as funções do sujeito na construção do conhecimento ao focar a dimensão

maturacional. Em função disso, recorrentemente, o termo “socioconstrutivista” ou “sociointeracionista” é atribuído à Vygotsky, e a denominação de “construtivista” é reservada à Piaget (BANKS LEITE, 1994, apud LIRA, 2008).

Para Piaget, a aprendizagem e a maturação se diferenciam pelo fato de que esta tem por base apenas processos fisiológicos inatos (PALANGANA, 1994, apud LIRA, 2008), enquanto aquela, bem como as interações, experiências e situações da vida e da educação, contribuem para o desenvolvimento. Contudo, a primeira não é essencial para que a segunda se dê, visto que as qualidades mentais inatas já existiam e não foram geradas somente a partir da aprendizagem (PIAGET, 1973, apud LIRA, 2008). A teoria piagetiana indica a existência de quatro períodos principais que cobrem sequencialmente o desenvolvimento cognitivo, os quais são: sensorio motor, o pré-operatório, o operatório concreto e o operatório formal (LIRA, 2008).

Para Vygotsky, de acordo com Lira (2008), é ao atuar de forma cooperativa com seus pares e/ou diante da interação com outros em seu ambiente, que os processos internos de desenvolvimento, deflagrados pela aprendizagem, são capazes de operar. O processo da aprendizagem precede o do desenvolvimento, isto é, este evolui mais lentamente que aquele, isso porque é a aprendizagem que desperta os processos de desenvolvimento, e estes, por sua vez, tornam-se progressivamente parte das funções psicológicas já firmadas no indivíduo. Não é o desenvolvimento que precede e torna possível a aprendizagem, mas é a aprendizagem que antecede, possibilita e impulsiona o desenvolvimento (LIRA, 2008).

Segundo Oliveira (1997), Vygotsky não formulou uma concepção estruturada do desenvolvimento humano para interpretar ou mesmo situar o desenvolvimento cognitivo nas etapas da vida, como Piaget. Inclusive, justamente por ter considerado que este biólogo suíço já havia estabelecido bem essa sequência. Para Vygotsky (1988, apud OLIVEIRA, 1997), o ser humano se constitui em relação com os demais, e, por isso, a linguagem possui centralidade, por viabilizar ainda mais essa interação. Assim, “a cultura compõe a natureza humana num processo histórico que, ao longo do desenvolvimento filogenético e ontogenético, molda o funcionamento psicológico humano” (OLIVEIRA, 1997, p.269).

O desenvolvimento para Vygotsky não é em si mesmo aprendizagem, o mesmo para Piaget, de forma invertida. O desenvolvimento mental é conduzido a partir de uma correta organização da aprendizagem, que ativa processos de desenvolvimento, mas apenas com a aprendizagem esta ativação se produz. Por isso, a aprendizagem é universal e fundamental, para desenvolver na criança essas características humanas não naturais, mas formadas historicamente (VYGOTSKY, 1998, apud LIRA, 2008).

Sintetizando, Lira (2008, p. 270-271), difere aprendizagem para Vygotsky e Piaget da seguinte forma:

Em resumo, poderia se afirmar que, de maneira geral, enquanto Vygotsky considera o desenvolvimento cognitivo “de fora para dentro”, Piaget o veria de forma inversa, “de dentro para fora” (STERNBERG, 2000). Dito de forma mais clara, implicaria em dizer que Vygotsky focaliza as funções do ambiente no desenvolvimento intelectual, ao advogar que a aprendizagem interage com o desenvolvimento, gerando seu avanço nas zonas de desenvolvimento proximal, onde as interações sociais e o contexto sociocultural são elementos essenciais. Por seu turno, Piaget defende que o desenvolvimento cognitivo se dá por meio do amadurecimento das estruturas lógicas (esquemas mentais), decorrente de processos endógenos de equilíbrio que precedem e limitam a aprendizagem, o que leva a concluir que as intervenções sociais atuariam como facilitadores do desenvolvimento, mas não determinantes de primeira ordem, lugar que estaria reservado para maturação dos esquemas. (LIRA, 2008, p. 270-271).

Levando em consideração esses diferentes enfoques dados por Piaget e Vygotsky em seus estudos sobre aprendizagem, o modelo de ensino na AEP parece estar mais alinhado com este primeiro autor, pois prioriza o interior do indivíduo desde o currículo, como será abordado de maneira mais profunda nos próximos capítulos. No entanto, em momento nenhum, nas bibliografias estudadas, foi encontrada referência direta desses autores como base. Portanto, essa aproximação é apenas uma articulação pontual dessa monografia, a partir da ideia de integralidade que aparece na proposta da EP, bem como na teoria Piagetiana. Tal aproximação rápida, por não se constituir no objetivo central da monografia, poderá ser aprofundada em trabalhos futuros. Fica, então, em aberto um questionamento das razões de uma proposta de ensino com crianças não incluir diretamente os estudos científicos da psicologia.

Podemos compreender o quanto a concepção de criança, infância e aprendizagem impacta a educação e é impactada por esta. Segundo Rinaldi (2008, p.13) “A educação será abordada correspondentemente à forma de se enxergar a criança”. Por isso, antes de conceituar a educação segundo a AEP, torna-se necessário primeiramente compreender de que criança fala esta proposta, em que se baseia e está pautada.

Primeiramente, cabe delimitar a faixa etária da criança a qual se faz referência no presente trabalho, que segue o que consta no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, ECA, 2008), que considera criança a pessoa até doze anos de idade incompletos, sendo a partir de então adolescente.

Também é importante enfatizar, como foi mencionado, que por se tratar de uma abordagem cristã, a AEP tem como fundamento a Bíblia, e, portanto, pauta-se em conceitos da mesma para compreender a criança, conforme será pontuado nos parágrafos que seguem. Assim como tem na pessoa de Jesus Cristo uma referência no modo de tratamento com as crianças, e em seus ensinamentos também o que não deve ser feito com as mesmas, como escandalizá-las, confundi-las e induzi-las ao erro (BÍBLIA, Mt 18.6, Mc 9.42).

Embora a AEP tenha a Bíblia como base para pautar sua concepção de criança e educação, e, conseqüentemente, de infância e aprendizagem, é fundamental a contribuição científica para tais conceituações.

Segundo Frota (2007), desde que o estudo científico da criança se iniciou - efetivamente, no século XIX - não só a criança em si, como o conceito da infância, tornaram-se objetos de estudos e saberes de diferentes áreas, constituindo-se num campo temático de natureza interdisciplinar. Independentemente do posicionamento teórico que se tivesse sobre a infância, esta se tornou visível como um estatuto teórico. Diante disso, as diferentes concepções existentes sobre a criança na contemporaneidade ocidental são peças imprescindíveis para a composição de um quadro geral da infância atual e necessitam serem conhecidas e compreendidas. Hoje, o estudo do desenvolvimento da criança é necessário e indispensável para quem deseja trabalhar com essa fase da vida humana (FROTA, 2007).

Contudo, não foi encontrado em nenhum dos documentos e materiais pesquisados para a presente monografia qualquer teórico, autor, pesquisador como base de fundo para fundamentar a EP. Ao que parece, na AEP a existência de teóricos científicos da infância e da aprendizagem não é ignorada de todo, porque se encontram breves menções a pensadores da infância e educação em alguns textos sobre a AEP, como veremos mais a frente. Entretanto, não são utilizados como fonte de embasamento, sendo apenas mencionados de maneira superficial.

A ideia cristã de educação da criança, conforme já pontuado, compreende a formação integral de cada indivíduo, como um ser constituído de corpo, alma e espírito (BÍBLIA, 1 Ts 5.23), por isso, a AEP visa a formação integral dos educandos, não somente o intelectual. De acordo com Lima et. al. (2018), a criança, na EP, também é compreendida como um indivíduo com infinitude de valor e digna de respeito, e, segundo Adams (2006; p.20):

Vemos cada criança como plena, pronta a ser cultivada, inspirada, consagrada e instruída, ao invés de as vemos vazias, servindo apenas para serem estimuladas, motivadas e doutrinadas. Vemos as necessidades tutoriais dos estudantes, que cada um, como indivíduo, tem direito a seu próprio estilo de aprendizado e instrução, que cada criança pode ser elevada a um padrão digno. Labutamos para que nossos *estudantes produzam, não apenas consumam – expressando-se nas artes, música, drama e atletismo, desenvolvendo cada talento, exercitando todo o seu potencial.*(grifo da autora).

Essa citação também dialoga com a concepção de criança presente nas Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Infantil, que afirma inclusive que a criança é produtora de cultura (BRASIL, DCNEI, 2010). Parece ir ao encontro do construtivismo de Piaget, na medida em que entende e coloca a criança como construtora de seu conhecimento, tendo papel ativo em seu processo de ensino-aprendizagem.

Esse entendimento se contrapõe ao conceito de tábula rasa, difundido pelo filósofo Locke, desenvolvida no Ensaio sobre o entendimento humano, quando afirma:

Suponhamos, pois, que a mente é, como dissemos, um papel branco, desprovida de todos os caracteres, sem quaisquer idéias; como ela será suprida? De onde lhe provém este vasto estoque, que a ativa e que a ilimitada fantasia do homem pintou nela com uma variedade quase infinita? De onde apreende todos os materiais da razão e do conhecimento? A isso respondo, numa palavra, da experiência. Todo o nosso conhecimento está nela fundado e dela deriva

fundamentalmente o próprio conhecimento. (LOCKE, apud MELLO 2001, p. 83).

A teoria da tabula rasa trata de uma crítica à doutrina das ideias inatas, formulada por Platão, retomada por Descartes (MELLO, 2001), e por Piaget, conforme foi apresentado. Existem teorias psicológicas que derivam de concepções empiristas como essa de Locke, como o behaviorismo, por exemplo, que “tinha como meta a construção de uma ‘psicologia científica’, livre da introspecção e fundada numa metodologia "materialista", que lhe garantisse a objetividade das ciências da natureza” (DAMIANI e NEVES, 2006, p. 2).

Na concepção behaviorista, a definição de aprendizagem que ganha sentido é a do condicionamento, que se dá por meio da mudança de comportamento resultante do treino, por entender o sujeito como uma tábula rasa, isto é, como uma folha de papel em branco, que precisa ser preenchida, treinada, doutrinada. Na prática, a aula de acordo com essa concepção se dá somente com o professor falando, ditando, decidindo, enquanto ao aluno cabe ouvir, copiar, executar (BECKER, 1993 apud DAMIANI e NEVES, 2006). A AEP segue em direção oposta a esse modelo, ao considerar o aluno autor, construtor do conhecimento e dar espaço para criatividade e protagonismo do aluno, conforme será apresentado nos próximos capítulos.

Voltando à ideia cristã de criança defendida pela AEP, a Bíblia também apresenta os filhos como herança do Senhor (BÍBLIA, SI 127.6), por isso as crianças também são vistas como a geração futura que deve receber o legado das gerações anteriores para continuar o cumprimento do propósito divino não só individual, como familiar e para a nação. Desse modo, assim como a Bíblia, a EP defende um relacionamento multigeracional, isto é, que envolva ao máximo quanto possível toda a família, incluindo diferentes gerações. Esse aspecto da abordagem se contrapõe ao sectarismo geracional-etário que se dá por meio dos rompimentos de laços familiares, da liquidez dos vínculos e do crescimento do individualismo que vivenciamos na sociedade pós-moderna, pois tem estes como prejudiciais, devido aos seus desdobramentos de falta de identidade, confusão de valores, falta de pertencimento e descompromisso com uma história significativa (RINALDI, 2018).

A família é a primeira instituição responsável pela educação de suas crianças, mas conta com professores como cooperadores nessa missão educativa.

Conforme o site da *The Foundation For American Christian Education*, o método da AEP constrói dois pilares de sustentação para a visão cristã de criança, são eles:

1. O conhecimento da história providencial - a mão de Deus na vida humana e Sua soberana vontade para o bem deles -
2. A habilidade de raciocinar a partir dos princípios fundamentais da lei (...) moral que governa o universo de Deus e nossas vidas individuais⁶.

O mesmo site também lista como a Abordagem Por Princípios enxerga e entende a criança de maneira diferenciada:

Ao considerar cada criança individualmente como uma criação única de Deus, dotada de Sua imagem, destinada à imortalidade e criada com um propósito especial no grande desígnio de Deus, revelada quando as verdades absolutas da palavra de Deus são incorporadas ao coração, alma e mente - a Ideia cristã da criança.

- A criança é uma criação única de Deus (como nenhuma outra pessoa no universo)
- Carregando a imagem de Deus (para Seus propósitos)
- Para ser ensinada “quando você se levanta, caminha no caminho, deita” (constantemente, continuamente)

De Sua Palavra (a única lei absoluta, completa, infalível e imutável do universo)

- Para iluminar a mente (trazer luz pela qual ver o mundo)
- Corrigir o temperamento (lide com a natureza do pecado)
- Formar hábitos e maneiras (construa o personagem)
- Adequada para ser útil (traga ao máximo a expressão de seu valor em Cristo)⁷.

⁶ The principle approach method builds two pillars upon the Christian view of the child:

1. the knowledge of providential history—God’s hand in human life and His sovereign will for their good—
2. the skill of reasoning from the bedrock principles of the (...) moral law that governs God’s universe and our individual lives”

Fonte: <https://face.net/why-the-principle-approach/>

⁷ How does the Principle Approach see the child differently from the way the world sees the child?

By regarding every individual child as a unique creation of God, endowed with His image, destined for immortality, and created with a special purpose in God’s grand design revealed when the absolute truths of God’s word are imbedded into the heart, soul and mind—the Christian idea of the child.

- The child is a unique creation of God (like no other one in the universe)
- Bearing God’s image (for His purposes)
- To be taught “when you rise up, walking in the way, lying down” (constantly, continually)

Partindo desse entendimento de criança, estrutura-se a concepção de Educação da Abordagem de Educação Por Princípios. Neste ponto, cabe ressaltar a pessoa e obra de Noah Webster, considerado o “Pai da educação americana”, que dedicou quase 30 anos a aprender 26 idiomas e pesquisar palavras, suas origens etimológicas e histórias desde a língua original, valorizando a Bíblia como fonte primária para produzir dicionários, inserindo diversas referências bíblicas, segundo o site oficial de sua obra. Por isso, esse dicionário é utilizado em toda a metodologia de estudos da AEP, desde os estudos de suas fundadoras Hall e Slater. Portanto, é válido apresentar a definição de educação segundo o dicionário Webster (1828), disponível online, que contribuiu para fundamentar a concepção educacional da AEP:

Educação compreende toda uma série de instruções e disciplinas cujo objetivo é iluminar o entendimento, corrigir o temperamento, formar boas maneiras e hábitos dos jovens, preparando-os para que sejam úteis em suas futuras funções. Dar às crianças boa educação em boas maneiras, educá-las nas artes e nas ciências é importante; dar-lhes uma educação religiosa é indispensável; e uma imensa responsabilidade pesa sobre os pais e guardiões que negligenciam tais deveres.

A partir dessa definição, a educação segundo a AEP, de acordo com Rinaldi (2018), é uma arte e ciência, e um processo - considerando-se as múltiplas e repetitivas atividades envolvidas na sua execução - de preparo de uma geração, agregando valor à sociedade por meio da compreensão de sua identidade e vocação. Educar é um projeto de vida que compreende habilitar, tornar apto para ser e fazer de maneira eficaz, explorando as potencialidades do educando para cumprir objetivos individuais e como parte da comunidade, atendendo uma missão, como seres racionais e espirituais, de viver e perpetuar a vida com excelência. O autor resume educação articulando a definição de Webster com passagens bíblicas:

-
- From His Word (the only absolute, complete, infallible, unchangeable law of the universe)
 - To enlighten the mind (bring light by which to see the world)
 - Correct the temper (deal with the sin nature)
 - Form the habits and manners (build the character)
 - Fit for usefulness (bring to the fullest expression of his/her value in Christ)

Fonte: <https://face.net/why-the-principle-approach/>

Resumindo, podemos dizer que educação sob uma perspectiva cristã é o 'conjunto de instruções e disciplina que visa iluminar o entendimento, corrigir o temperamento, formar maneiras e hábitos no indivíduo, de forma a torná-lo apto para cumprir plenamente a sua vocação perante Deus e a sociedade' (Webster, 1828 – verbete educação). Essa definição é muito consistente com a que encontramos na Bíblia em 2Timóteo 3.16-17 referindo-se à qualidade das Escrituras para tornar o indivíduo perfeito - atributo do caráter - perfeitamente equipado - atributo da competência - para toda boa obra (manifestação da glória de Deus, conforme Mateus 5.16). Isso vale tanto na dimensão vertical, da responsabilidade dos pais para com a herança do Senhor, como na horizontal, na responsabilidade de uma geração para com a próxima. (...) Em termos gerais, podemos dizer ainda que a Educação Cristã busca desenvolver sabedoria e inteligência na criança. O temor do Senhor é identificado como princípio da sabedoria, ou seja, a condição de conhecer e se relacionar com quem governa sobre tudo e sobre todos (Provérbios 9.10). E a inteligência (prudência), como a capacidade de apartar-se do mal e praticar o bem, como resultado do discernimento pela mente exercitada na verdade (Jó 28.28; Hebreus 5.14). (Rinaldi 2018, p 15).

Podemos entender que a Educação por Princípios visa a profundidade do aprendizado, o impacto interno na mente, coração e caráter do aprendiz, desde a infância. O currículo sugerido é flexível e adaptável, desde que as mudanças preservem o propósito e efeito do plano original, e a metodologia seja dominada e praticada fielmente, por meio de um currículo individualizado, que será melhor apresentado nos capítulos que seguem.

Segundo Paul Jehle (2018, s/p.): “Aos pais, e não à Escola ou ao Estado, foi dada a responsabilidade de cuidar da educação dos filhos.”, dessa forma, conforme já dito, biblicamente a família deve ser a primeira instituição responsável pela educação de suas crianças, e isso deve se dar de modo natural, relacional, contínuo e cotidiano, como podemos concluir a partir de trechos bíblicos: “Ensine com persistência a seus filhos. Converse (...) quando estiver sentado em casa, quando estiver andando pelo caminho, quando se deitar e quando se levantar.” (BÍBLIA, Dt 6.7).

Paralelamente à educação domiciliar, a escola pode funcionar como extensão da família no ensino, por meio de professores comissionados como cooperadores nessa missão educativa. Jehle (2018) defende que a educação cristã, inclusive no âmbito escolar, é uma convicção, não apenas uma preferência.

No site da FACE é frisado um rompimento da educação forçada por um sistema mecanizado, baseada em técnicas de memorização de informações,

fazer testes, ritmo acelerado, pois defende que nada seria mais limitante do que a pressa e a pressão para o aprendizado efetivo. Essa característica, mais uma vez, demonstra um distanciamento do *behaviorismo*, como mencionado. A EP propõe a libertação da experiência de aprendizagem, por meio da investigação genuína, viabilizando a produção do aluno, permitindo que o mesmo domine todo o assunto, bem como seus princípios, buscando e articulando de forma pessoal, conforme será apresentado mais à frente no presente trabalho.

O mesmo site (FACE) também apresenta a proposta de inspirar o amor pelo aprendizado, alegando que o ritmo que apoia a verdadeira aprendizagem é tranquilo, porque pensar exige tempo, portanto, para proteger o lazer, deve haver seletividade ao estabelecer metas. Para isso, os objetivos maiores são caráter, consciência, habilidades e determinação, e não completar um gráfico ou terminar um livro.

Podemos observar que a Educação por Princípios prioriza uma formação que parte do interior para o exterior, e não o contrário, assim como observado na teoria piagetiana. Sua ênfase é na formação integral do indivíduo, partindo do entendimento de que este é um ser constituído de corpo, alma e espírito, e, por isso, precisa de base moral e espiritual como finalidade educativa primária. A partir desta formação, será fundamentada a filosofia de vida do indivíduo, o que norteará a estrutura de pensamento que vai guiar a sua conduta, comportamento e ações, inclusive perante a sociedade.

No que diz respeito à aprendizagem, ao tratar de Aprendizagem na Educação Cristã, Rinaldi (2018) cita um livro que considera clássico no assunto de teoria cristã de aprendizagem: “Uma Psicologia Bíblica de Aprendizagem” (1982), de autoria de Ruth Beechick, afirmando que esta autora apresenta seu modelo incluindo tanto o lado cognitivo quanto o motivacional, relacionando a operação entre a mente e o coração. Conforme Rinaldi (2018), Beechick estabelece níveis de aprendizado, são eles:

(1) Absorção de informação. Ou seja, conhecer fatos, dados, fazer associações básicas, que é importante, porém limitado o seu alcance. **(2) aprendizado conceitual**, que exercita a intuição e o entendimento além dos fatos, estabelecendo relacionamentos entre eles. Aqui acontecem descobertas, e não se trata de um estágio de maturidade cronológica da criança, mas

de um nível superior de raciocínio que pode ocorrer em diferentes idades ou com diferentes assuntos. Conceitos são reforçados ou ajustados com mais informações, que então são capturadas e interpretadas com mais intensidade, numa interação contínua no processo de ensino-aprendizagem. **(3) sabedoria**, por meio da fusão entre suficiente autodisciplina e base de conhecimento, para dar lugar ao autoaprendizado criativo, ou à capacidade de ir além e crescer. Novamente não se refere a um processo que está condicionado à faixa etária, mas que pode ser exercitado continuamente numa situação de aprendizado. (RINALDI, 2018, p.37)

Discorrendo sobre aprendizagem, Rinaldi (2018, p. 38), cita o americano e doutor em educação Paul Jehle, trazendo as contribuições deste autor no que se refere ao seguinte padrão de operação da mente:

- **Reflexão:** meditar, reviver, reconsiderar com inspiração os fatos apresentados pelo instrutor, uma confrontação com a verdade (Provérbios 27.17-19)
- **Criatividade:** trabalhar a informação recebida, pensando com profundidade, buscando produzir algo novo. (1 Pedro 1.3).
- **Aplicação:** a prova final da aprendizagem, manifestada por meio de realizações que afetem nossa vida e obras (Tiago 1.22-25)

Contudo, quanto às contribuições científicas, ainda ao tecer considerações sobre ensino-aprendizagem, embora Rinaldi (2018, p. 33) afirme que:

Muitas investigações e descobertas têm sido feitas no campo da psicologia, antropologia e neurociência, definindo-se diferentes modelos de aprendizagem. Genericamente procuram identificar como se dá o processo de aprendizagem: a aquisição, a organização, a armazenagem e a utilização do conhecimento. Aí entram todas as discussões sobre os fatores que intensificam o aprendizado ou o atrapalham, bem como as considerações sobre o impacto das diferenças individuais e de estilo. Creio ser válido para um educador cristão conhecer esses diferentes modelos, como perspectivas distintas dessa maravilhosa capacidade do ser humano. Como são baseadas na observação do desenvolvimento da criança e nas recentes descobertas da fisiologia do cérebro e do sistema neurológico, certamente podem enriquecer a prática educacional com uma abordagem científica, estruturada e variada.

Na prática, o autor somente faz uma breve menção a autores da psicologia que influenciaram a educação, no entanto, sem maiores aprofundamentos, como o mesmo alegou não ter pretensão em fazer, o que se pode observar no único trecho em que se refere aos autores:

Não pretendo discorrer sobre isso, mas lembro-me de como fiquei maravilhado com as abordagens para o aprendizado baseadas na motivação (David McClelland), na cognição (Jean Piaget), ou na

teoria da autovalorização (Martin Covington). Quantos livros interessantes sobre a inteligência, como: *Inteligência para o Sucesso* (Robert Sternberg), *Inteligência Emocional* (Daniel Goleman) ou ainda o famoso *Inteligências Múltiplas* (Howard Gardner)! Percebi mais da maravilhosa criação do nosso Deus, quando fui apresentado a atividade cerebral e neural do aprendizado, mapeando zonas e funções específicas do pensamento, emoção e percepção. (RINALDI, 2018, p. 33-34)

Conforme observado, a existência de teóricos científicos da infância e da aprendizagem não é de todo ignorada na AEP, entretanto, nenhum de seus teóricos é utilizado para fundamentar essa abordagem educativa. Inclusive, nota-se até um aparente afastamento da EP com relação a quaisquer grandes pensadores educacionais. Uma interpretação para tal fato pode ser uma possível discordância com relação às filosofias que embasam tais autores, por serem consideradas extra-bíblicas e, portanto, caírem em descrédito segundo os critérios dos pensadores da AEP, que têm as Escrituras como única fonte e base norteadora para sua fundamentação e embasamento teórico, como veremos de forma mais aprofundada nos capítulos que seguem, e é possível identificar na seguinte afirmação:

Contudo, como educadores cristãos, estamos cientes que lidamos com muito mais do que a aquisição de conhecimento ou condicionamento para mudanças comportamentais. (...) A Bíblia é fundamentalmente um grande cenário de aprendizagem, e a própria vida de Cristo, um modelo de discipulado. '*Aprende de mim*', dizia Jesus, interagindo com o povo para ensiná-los a viver de forma abundante, dentro dos princípios do Reino de Deus. Se Deus nos fez para aprender, Ele certamente tem interesse em que o façamos da maneira mais efetiva possível, pela instrução obtida em fontes saudáveis de conhecimento, confrontadas com a verdade de Sua Palavra. (LIMA, 2018, p. 34-35, grifo da autora).

2.4 FUNDAMENTAÇÃO FILOSÓFICA DA EP

Antes de tratarmos do “como” fazer, é importante responder algumas questões primárias, que fundamentam a conceituação teórica para partir para a sua aplicação prática. É a partir da filosofia adotada que o processo educacional acontece, estabelecendo o papel de cada sujeito e instituição, norteando a escolha da metodologia, a construção do currículo e as formas avaliativas.

A ideia de neutralidade na educação é um conceito positivista cada vez mais ultrapassado, por negligenciar aspectos subjetivos dos pesquisadores e sujeitos envolvidos na pesquisa (IVENICKI e CANEN, 2016), os quais são constituídos por crenças, princípios, valores, estruturas de pensamento, linhas de raciocínio, entre outros. Tudo isso, atravessa não só a pesquisa como o processo educativo, influenciando-o, que acontece por meio de trocas entre sujeitos dotados de subjetividades. Segundo Cartaxo (2008, p. 47): “Não existe neutralidade na educação. Todo processo é direcionado a partir de concepções que requerem uma asserção de fé anterior que lhe dê suporte”.

Antes de tratarmos dos fundamentos filosóficos da educação da AEP, torna-se necessário definir os termos, a fim de ampliar a compreensão de seus significados e relevâncias.

A etimologia da palavra Filosofia, é a junção das palavras gregas “*philo*”, que significa amor, e “*sophia*”, que representa sabedoria, por isso filosofia seria, basicamente, “amor pelo conhecimento” ou “gosto pela sabedoria”, segundo o Dicionário Etimológico (2008), disponível online. Em termos gerais, a filosofia seria uma fundamentação teórica a partir de um conjunto de princípios que se dá por meio de uma busca por explicação da razão das coisas, ou pela investigação crítico-reflexiva das causas primárias e princípios gerais da existência, a fim de compreender o ser humano e a realidade ao seu redor.

Segundo Rinaldi (2018), existem duas filosofias bases, uma centrada no homem, conhecida como Humanismo, e a Teocêntrica, cuja centralidade está em Deus, cuja ênfase para os cristãos está na pessoa de Jesus Cristo, por isso, Cristianismo. No entanto, é importante ressaltar que esta é apenas uma linha de compreensão da Filosofia, existem outras ideias divergentes, a postura de Rinaldi foi aqui mencionada por ter sido utilizada para embasar a teoria da AEP. Como foi visto, por se tratar de uma proposta cristã, a AEP tem como principal fundamento a Bíblia, e como esta afirma, a pessoa de Jesus Cristo é a pedra angular (BÍBLIA, Ef 2.20). Por isso, o Cristianismo é o modelo filosófico que constitui a Educação por Princípios.

Ainda de acordo com Rinaldi (2018), uma abordagem educacional bem estruturada precisa responder às questões filosóficas relacionadas à

metafísica, à epistemologia e à axiologia, tais como: o que é a realidade e a verdade? Como posso conhecer? O que tem valor? Para isso, a AEP possui um fundamento de princípios.

Antes do aprofundamento nos princípios, cabe a menção de outro termo importante: “cosmovisão” (“cosmo” + “visão”), que conforme Rinaldi (2018) se refere à visão e concepção acerca do mundo que possui uma pessoa, à ótica pela qual ela enxerga e interpreta o seu redor, sua filosofia de vida, que vai influenciar seu comportamento. O autor define cosmovisão da seguinte maneira: “termo razoavelmente moderno, que representa um sistema filosófico de interpretação do mundo (...) Em outras palavras, seriam os ‘óculos’ com que enxergamos o mundo, compreendendo uma ou mais filosofias” (RINALDI, 2018, p.17-18).

Outro termo chave é a palavra “fundamento”, que tem o sentido de base, alicerce, estrutura na qual a construção está consolidada. Segundo o dicionário Michaelis (2015), fundamento também se confere em “Conjunto de princípios básicos que regem a organização e o funcionamento de uma atividade, uma instituição, um ramo do conhecimento, (...)”.

A Abordagem Educacional por Princípios, como o nome já sugere, está fundamentada em princípios, um conjunto de sete, todos com base bíblica, e é por meio deles que as questões filosóficas da metafísica, epistemologia e axiologia podem ser respondidas. Estes princípios serão apresentados, um a um, no tópico a seguir.

2.4.1 Os Princípios

1. Soberania

É a concepção de Deus como único ser absolutamente soberano, sendo a definição de soberania, conforme o dicionário Michaelis (2015): “Autoridade moral considerada suprema; poder supremo.”. Deus é a fonte primária de todo o poder, autoridade e governo supremo, que dão sustentação à vida e existência, sendo manifestos na Criação, e expressos em Sua Palavra, a Bíblia. Deus criou o homem à Sua imagem e semelhança (BÍBLIA, Gn 1.26-27), o que implica, neste princípio, a compreensão de que Deus o constituiu como reflexo dEle, que não é sua marionete, mas um ser com capacidade

intrínseca e plenamente apto a pensar, raciocinar, planejar, analisar, avaliar, escolher, decidir.

Deus também faz concessões de Seu poder, delegando funções entre os homens, distribuindo determinado poder e conferindo autoridade limitada de governo como seus representantes em diversas esferas (BÍBLIA, Rm 13.1-7). Há na Bíblia três instituições ordenadas para exercer autoridade: a família (BÍBLIA, Gn 1.28; 2.24), a igreja (BÍBLIA, Ef 1.22-23) e o governo civil (BÍBLIA, Rm 13.1-4), e todos prestarão contas a Deus de como exerceram o poder que lhes foi outorgado.

Segundo Cartaxo (2008, p.55): “a chave desse princípio é nos movermos na direção de descobrir e alinhar nossos planos aos planos perfeitos de Deus (...). Nossas decisões devem ser dirigidas por Sua vontade, à qual, voluntariamente, nosso coração se submete.”.

2. Caráter [cristão]

Na EP, o modelo perfeito de caráter cristão é encontrado na pessoa de Jesus Cristo. Segundo Comenius (1592-1670), na obra *Didática Magna*: “Cristo Jesus, o qual é o protótipo perfeitíssimo de toda a perfeição, com o qual nos devemos conformar” (1966, p. 42), sendo assim, a vontade de Deus é que o caráter de todos os seus filhos seja semelhante ao de Cristo. Para isso, o ideal é que este ensino comece desde cedo, ainda na infância, principalmente na família, na escola como extensão desta, mas também a partir das pressões e conflitos da vida, e sobretudo por meio do trabalho, que forja o caráter do indivíduo, transformando-o e aperfeiçoando-o.

O caráter é formado a partir de cada pequena escolha diária, que se tornam hábitos e constituem parte integrante da conduta do indivíduo, conferindo uma marca pessoal impressa em tudo o que pensa, sente, fala ou faz, com influências do meio. Um de seus frutos é a responsabilidade pelo próprio aprendizado, conduta e até produtividade.

3. Mordomia

Entendimento do favor divino em confiar aos seres humanos as riquezas dEle, que é o proprietário de tudo o que há (BÍBLIA, Sl 24.1), por isso,

não há nada que o ser humano possa ter que não tenha procedido dEle e seja por Ele concedido. Isso se dá não somente com propriedades externas, manifestas em bens materiais, mas também em propriedades internas, como o próprio indivíduo e sua consciência, e o reconhecimento de dons e talentos individuais, que reverenciam àquele que concedeu a cada um (BÍBLIA, Tg 1.17).

A mordomia deve gerar uma eficaz e responsável administração, a começar de si mesmo, que somada à integridade, garante prosperidade, e gera frutos de cuidado, prestatividade, planejamento, limpeza, organização, não desperdício, entre outros.

4. Individualidade

A base se encontra no entendimento que, por ser infinito, diverso, único e criativo, Deus criou os seres humanos de forma que cada um reflète a Sua individualidade, expressando unicamente um vislumbre do Criador. Segundo os originais bíblicos, somos como “feitura poética” de Deus (BÍBLIA, Ef 2.10), dessa forma, cada pessoa possui infinitude de valor, bem como dignidade e nobreza, o que deve gerar respeito à individualidade e diferenças de cada um, sem lugar para preconceitos e discriminação. Esse princípio também retrata o valor e beleza da diversidade, e ainda reverencia “a grandeza e infinitude de um Deus que atribui identidade e exclusividade em tudo o que criou” (CARTAXO, 2008, p. 59). Assim como:

enobrece cada ser humano com dignidade e valor independente de qualquer contribuição que tenha feito ou não a comunidade. Entender esse conceito traz grandes implicações para o ensino e aprendizado, pois tanto os pais como os professores devem trazer à tona o potencial completo de Cristo em cada criança. Assim, existe uma porção única da Glória de Deus a ser revelada por cada um de nós, pois somos exclusivos. (CARTAXO, 2008, p.60).

5. Aliança (ou união)

Deus se apresenta na Bíblia como um Deus Trino, por meio da Trindade, ou seja, sendo um só em essência, mas subsistindo em três pessoas diferentes: Deus Pai, Deus Filho e Deus Espírito Santo, de forma única e diversa simultaneamente. De forma semelhante, os seres humanos também

foram criados para apesar de sua individualidade, caminhar em unidade (BÍBLIA, Rm 12.4-8), por meio de alianças.

Uma aliança é uma espécie de pacto, acordo interno, preferencialmente indivisível e eterno, que produz união externa visível, e pode acontecer em diversas áreas, como família, negócios, comunidade e governo. Desse modo, esse princípio equilibra e complementa o anterior, de individualidade, para que não se torne individualismo, mas vise relacionamentos de comunhão, interdependência, complementariedade, parceria, em detrimento das diferenças individuais, em prol de um propósito maior de unidade. É possível por meio de uma união em espírito e de compromisso mútuo, mediante termos e promessas, que os interesses da aliança se tornam prioridade acima dos individuais. No contexto escolar, desenvolve o espírito de cooperativismo, coletividade e trabalho em equipe.

6. Autogoverno

Encontra-se baseado na onipotência como atributo divino, isto é, que Deus pode todas as coisas, mas que se autogoverna e provê de liberdade e até autoridade as suas criaturas. A EP entende que os seres humanos foram dotados por Deus de capacidade interna de autogoverno, ou seja, de internamente se autorregular ou restringir, o que a Bíblia denomina como “domínio próprio” (BÍBLIA, Gl 5.22). Em outras palavras, é a determinação voluntária de fazer o que se entende como necessário e certo, e não somente ser guiado por instintos, vontades, prazeres e desejos.

No entanto, somente mediante a ação do Espírito Santo na vida do cristão é possível o controle, domínio próprio, a submissão e dependência total à vontade de Deus, exercida de dentro para fora, em detrimento da natureza humana corrompida pelo pecado.

O autogoverno cristão é o senhorio de Cristo operando no crente, possibilitando que as leis e princípios do Reino de Deus governem as decisões e escolhas do indivíduo que inevitavelmente afetarão a ele, a sua casa, igreja, sociedade, local de trabalho e governo civil. É a decisão interna da vontade do indivíduo (...) que permite que Deus e Sua Palavra governem internamente no coração do crente de maneira voluntária (YOUMANS, 2015).

7. Semeadura e colheita

Com bases bíblicas como: “Não se deixem enganar: de Deus não se zomba. Pois o que o homem semear, isso também colherá.” (BÍBLIA, Gl 6.7), este princípio se baseia na fé e obediência à Palavra de Deus (Bíblia), que são a semeadura, e na fidelidade de Deus em cumprir suas promessas – para quem Lhe obedecer -, que é a colheita. Basicamente, é a lei natural de causa e efeito, de que toda ação gera uma consequência. Não existe semente neutra, todas produzem fruto de acordo com a semeadura que pode ser escolhida previamente, boa ou má.

É preciso sabedoria e intencionalidade de pensamentos, palavras e atitudes, que têm consequências boas ou ruins, segundo o que se faz, e a fidelidade de Deus é a garantia da colheita.

É importante ressaltar que os sete princípios que foram apresentados não são os únicos encontrados na Bíblia, mas os considerados basilares pelos pais fundadores da nação americana segundo os estudos histórico-documentais de Verna Hall (ALVES, 2012, 2015), como visto, devido ao seu caráter universal, com abrangência de aplicação possível em qualquer esfera da vida e da sociedade. Justamente por isso, de acordo com Alves (2012, 2015) Hall se utilizou dos mesmos princípios para juntamente com sua discípula e amiga Slater fundarem a Educação Por Princípios, a fim de reavivar o conhecimento, vivência e aplicação desses princípios nos Estados Unidos por meio da educação. No capítulo a seguir, veremos mais sobre a metodologia da AEP e a aplicação dos princípios por meio das ferramentas de ensino que adota.

2.5 FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA DA EP

Tendo sido apresentada a filosofia que fundamenta a EP, podemos nos debruçar em sua aplicação a partir dos métodos e ferramentas utilizadas nas práticas educativas. É importante ressaltar que não se trata de incorporar passagens bíblicas meramente, mas sim de como isso será ensinado, pois tudo no processo deve ser intencional, e o alvo é a renovação da mente (BÍBLIA, Rm 12.2), por meio de um ensino do interior para o exterior para

“alcançar o entendimento dos princípios com profundidade (erudição) e devoção (caráter)” (LIMA, 2018, p. 84).

Sobre isso, Souza (2015, p.51) afirma que: “a mente possui uma estrutura própria para aprender e ser renovada, que envolve três operações distintas: reflexão, criatividade e aplicação”. Basicamente, a reflexão envolve habilidades de raciocínio, e não mera memorização sem entendimento. A criatividade é direcionada para a produção a partir do que foi estudado, enquanto a aplicação é o que faz o conhecimento assimilado não ficar retido na mente, mas ganhe forma concreta em atividades práticas. Souza (2015, p.52) denomina essas operações de “O padrão tríplice da mente”, e a escolha dos métodos de ensino se deram de forma a satisfazer essa estrutura.

A AEP adota uma metodologia de ensino- aprendizagem sistematizada por Slater, publicada pela FACE, que ficou conhecida como método dos 4 passos, ou 4 R's, em referência aos quatro passos da metodologia, cujos nomes em inglês começam com a letra “R”: Researching, Reasoning, Relating, Recording (em português: Pesquisar, Raciocinar, Relacionar e Registrar, respectivamente). Conforme Lyons (2002, p. 12) este é um método que recebe o rótulo de “educação no estilo universitário”, e a seguir vamos examinar brevemente como cada passo se encontra estruturado, suas aplicações e resultados esperados ao serem executados.

1. Pesquisar:

Este passo consiste em buscar conhecimento, informações e encontrar os fundamentos de todos os temas estudados, por meio da busca pela definição das palavras, sua raiz, origens etimológicas e ideias principais. Para isso, têm a Bíblia como fonte primária e, em segundo lugar, fazem uso massivo do dicionário Webster (1828) já mencionado, por ter sido escrito por um tradicional lexicógrafo e poliglota americano cristão, que se debruçou também nos textos bíblicos para seus estudos etimológicos das palavras. Como este dicionário não está disponível na língua portuguesa, sugere-se usar um dicionário em português com auxílio de concordâncias e dicionários bíblicos para aprofundamento.

O educando aprende a orientação bíblica sobre todos os assuntos estudados, independentemente das áreas do conhecimento, bem como a buscar o conhecimento de forma ativa, aprimorando a leitura e interpretação de textos, desenvolvendo a capacidade de articulação de ideias, da utilização de palavras precisas na comunicação oral e escrita. Esse passo do método também contribui para o aperfeiçoamento da fluência verbal, o aprendizado de filtrar informações, a partir da seleção e síntese de tópicos mais relevantes, da identificação das palavras-chave, sinônimos, conceitos, favorecendo o domínio da língua e enriquecimento do vocabulário. Esse processo pode ser feito de maneira breve e simples ou mais aprofundada, de acordo com os objetivos estabelecidos e faixa etária do estudante.

2. Raciocinar:

Com base nos estudos, conteúdo e informações reunidas no primeiro passo, neste segundo momento o aluno deve meditar nos conceitos, para assimilar e compreender com profundidade, problematizando, questionando, argumentando sobre seu objeto de estudo. É possível chegar a conclusões próprias e encontrar os princípios por detrás de cada tópico estudado, a fim de desenvolver uma aprendizagem reflexiva, em que o educando internaliza princípios que estruturam seu pensamento, e refletem em seu exterior.

Este passo enfatiza a prioridade do interior pela AEP, pois a meditação é um exercício interno, e que não aceita facilmente verdades de terceiros, sem primeiro um raciocínio próprio. Contrapõe-se ao método tradicional de ensino que enxerga o aluno como mero receptáculo passivo de informações e o professor como detentor do conhecimento com função de transmiti-lo aos alunos. O estímulo ao raciocínio do aluno contribui para a formação de um sujeito crítico, que saiba raciocinar biblicamente, e nutre uma mente ativa, produtiva e criativa. Outras palavras-chave também são utilizadas para este segundo passo, como: examinar, ponderar, refletir, pensar, comparar, deduzir, avaliar, arrazoar.

3. Relacionar:

Este passo possui dupla ênfase. Primeiro, criar vínculo entre o assunto estudado com a vida e o contexto em que os alunos estão inseridos, facilitando a apropriação do conhecimento. Segundo, correlacionar com a Palavra de Deus e aos seus princípios, pois, segundo consta no site da FACE: “todo estudo elabora uma ideia principal que se relaciona a um ou mais dos sete princípios básicos construídos na Palavra de Deus”.

Esse passo também possibilita uma ligação entre o novo conhecimento adquirido e os anteriores já trabalhados, bem como a relação com outras áreas do conhecimento, permitindo a interdisciplinaridade.

4. Registrar

É a produção criativa de algo concreto para preservar de forma física o conhecimento estudado para ser compartilhado, estudado e recordado futuramente. O conhecimento adquirido nos três passos anteriores se transforma em algo prático, aplicado pelo próprio educando, com sua marca pessoal, demonstrando seu domínio do assunto, e passível de análise e avaliação por terceiros, como professores e família, para também ser arquivado. Pode ser um texto, desenho, peça de teatro, música, poesia, escultura, entre diversas outras alternativas.

É importante ressaltar que esses quatro passos não devem acontecer de maneira mecânica, e embora sejam estudados em sequência para melhor compreensão, na prática não necessariamente serão executados de modo sucessivo, mas até em diferentes ordens, e é comum que aconteçam simultaneamente. No entanto, é importante que nenhum dos passos seja negligenciado. Na medida em que se tornam mais habituais, mais natural se torna o processo de utilizá-los.

Nota-se que os quatro passos trabalham bem a reflexão, como primeira operação da Tríplice da Mente citada previamente, enquanto as outras duas, criatividade e aplicação, são exercitadas a partir de doze ferramentas de ensino adotadas pela AEP, explicadas uma a uma a seguir. Não se pode confundir as ferramentas de ensino com recursos didáticos, pois estes são usados de

maneira opcional e pontual, de responsabilidade do professor para apresentar o conteúdo, enquanto as ferramentas não são opcionais para a AEP e são de responsabilidade tanto do professor quanto do aluno. São utilizadas ao longo de todo o processo educativo e auxiliam a desenvolver os princípios. As doze ferramentas estão listadas abaixo e, em seguida, explanadas individualmente:

12 ferramentas de ensino:

1. Fichário
2. Estudo de palavras
3. Produção de textos
4. Leitura de clássicos
5. Estudo de biografias
6. Constituição
7. Linha do tempo
8. Oportunidades de serviço
9. Avaliação contínua
10. Belas artes
11. Memoriais
12. Celebrações de aprendizagem

1. Fichário

Considerado a espinha dorsal do método, por dar sustentação às demais ferramentas, é onde os alunos registram seus aprendizados e arquivam suas produções, mas não por meio de cópias de materiais do professor ou pré-fabricados, mas de autoria dos próprios educandos utilizando os quatro passos metodológicos. Também é uma forma de viabilizar o acompanhamento do progresso de aprendizado do aluno não só pelos professores, como também pela própria família, pois demonstra concretamente cada etapa do processo educativo, além de possibilitar a aplicação e registro dos princípios (SOUZA, 2015).

Essa ferramenta, considerada autodidata por contribuir para que o aluno aprenda a aprender, também contribui para o aprimoramento da escrita a

partir de seu exercício constante, apropriação do conhecimento, ampliação do vocabulário se utilizado por meio dos quatro passos, e que o educando assuma um papel de sujeito ativo como construtor em seu processo de aprendizado. A respeito dessa ferramenta, no site da FACE se encontra:

Os alunos são produtores à medida que constroem seu próprio registro diário de um assunto, assumindo a propriedade do processo de aprendizado. O método de fichário de anotações abrange as quatro etapas do aprendizado: pesquisa, raciocínio, relação e registro. Ajuda nos propósitos bíblicos da educação 'esclarecendo o entendimento, corrigindo o temperamento e formando os hábitos dos jovens que lhe servem de utilidade em sua próxima fase. (extraído da definição de ensino do Webster's 1828 Dictionary) O método é o produto da criatividade do aluno e um registro permanente de sua produtividade⁸.

De acordo com Lima (2018, p. 92-93), a partir do método do fichário, o aluno exercita os princípios, conforme os exemplos listados a seguir: A individualidade, já que é seu material pessoal, reflete suas características, trabalho e responsabilidade. O autogoverno, pelo fato de exigir disciplina e desejo do educando em dominar o conhecimento. Caráter, pois incentiva o trabalho, dedicação e esforço pessoal. Mordomia, por meio do cuidado, organização e integridade de seu material. Soberania em também submeter seu fichário a anotações de seu professor como sua autoridade. Semeadura e colheita, pois o que é semeado pelo professor e em estudos dos educandos é colhido a partir dos registros no fichário. Aliança, pois demonstra o acordo firmado entre aluno-professor, bem como com a instituição de ensino e a metodologia adotada.

2. Estudo de palavras

Essa ferramenta é o recurso principal do primeiro passo da metodologia, a pesquisa. É realizada de maneira semelhante, com a Bíblia como fonte primária, seguida do dicionário Webster, e concordâncias e

⁸ *"The learners are producers as they build their own daily record of a subject, taking ownership of the learning process. The notebook method embraces the four steps of learning: research, reason, relate and record. It aids in the Biblical purposes of education by "enlightening the understanding, correcting the temper, and forming the habits of youth that fit him for usefulness in his future station." (excerpted from the Webster's 1828 Dictionary definition of education) The notebook method is the product of the student's creativity and a permanent record of his productivity."*

Fonte: <https://face.net/principle-approach-method/>

dicionários bíblicos como complementação, caso necessário. No entanto, como ferramenta, é importante que o aluno produza de próprio punho pelo menos um ou dois parágrafos de sua autoria sobre o que entendeu do assunto estudado, utilizando os principais termos das definições encontradas em sua pesquisa.

Esse estudo é importante, pois é por meio de palavras que se dá a formação de conceitos, ideias e opiniões. Segundo Souza (2015, p. 80):

Quando o vocabulário é ampliado, novas conexões mentais são estabelecidas e a capacidade criativa aumenta exponencialmente. É assim que surgem, por exemplo, as grandes criações e teorias científicas.

3. Produção textual

Inspirada pelos Evangelhos bíblicos, em que quatro discípulos (Mateus, Marcos, Lucas e João) relataram de próprio punho a vida de Jesus, suas experiências e aprendizados com Ele, essa ferramenta visa o registro pessoal, estimulando o desenvolvimento de um caráter independente ao produzir conhecimento. Em contraponto ao mero consumo de materiais, de caráter dependente e passivo, a produção autoral de textos é o registro escrito criativo para expressar ideias e pensamentos pessoais sobre os temas aprendidos, utilizando-se de argumentação coerente, coesa e bem embasada em pesquisas e estudos prévios. Assim, essa ferramenta também contribui para o exercício das habilidades analítica e sintética para a estruturação de textos.

A produção textual é essencial em cada disciplina, mas é importante levar em consideração a etapa do processo de alfabetização em que cada aluno se encontra. Conforme Lima (2018, p. 96):

Essa ferramenta trabalha diversos princípios durante sua execução. Autogoverno, na decisão de produzir os próprios textos. Caráter, no trabalho de atender as normas ortográficas, gramaticais e técnicas. Semeadura e colheita, no preparo pessoal e planejamento do texto (semeadura) para colher bons textos a respeito do assunto estudado (colheita). Individualidade, ao expressar opinião com propriedade (...).”

4. Leitura de clássicos

Sabe-se que a prática da leitura contribui significativamente para uma boa escrita, por isso, é uma das ferramentas da EP. Contudo, não leitura de qualquer tipo de material, e sim de obras selecionadas, identificadas como

clássicos. Segundo Souza (2015, p. 235-236), dentre as principais características de um clássico estão a luta entre bem e mal, com vitória do primeiro; o estímulo saudável à imaginação, e o seguimento a norma padrão culta da língua.

É importante que a leitura seja feita em um ambiente especial, preparado, confortável e agradável. Também cabe fazer contação de histórias, com expressões faciais, entonações de voz, dramatização e o máximo de teatralização possível, pelo professor ou mesmo pelos alunos de forma alternada, em grupos ou voluntários. A autora também dá indicações de livros clássicos, como: As Crônicas de Nárnia, os contos dos irmãos Grimm, O Pequeno Príncipe, O Peregrino, sonetos de Skakspeare (SOUZA, p. 241-242), bem como afirma que: “Ler uma história é ‘alimentar’ o imaginário; é envolver os estudantes na magia da trama despertando tal nível de interesse, que eles anseiem fazer parte da história.” (p.93).

5. Biografias

Outro tipo de literatura valorizado pela AEP é a leitura de biografia de pessoas consideradas referências e, portanto, dignas de imitação, especialmente pelo destaque do seu serviço a Deus e à comunidade, por meio de obras louváveis. O enfoque deve se dar nas características internas dos sujeitos que, por sua vez, expressam-se também externamente, na forma de ações, atitudes, escolhas e comportamento.

Lima (2018) sugere biografias de nomes como: Noah Webster, Dom Pedro II, Robert Kalley, Martinho Lutero, João Calvino e Willian Tyndale. Souza, sobre o mesmo tópico afirma que:

Cada etapa da vida do personagem deve impactar o coração do estudante. Nesse tipo de literatura a imaginação pode ser cultivada oferecendo ao estudante a oportunidade de ‘experimentar a história na própria pele’.” (2015, p. 93).

6. Constituição

Essa ferramenta visa estabelecer o governo na sala de aula, fazendo referência direta à Lei, primeiramente divina - manifestada na Bíblia, por meio dos dez mandamentos -, mas também à lei dos homens, representadas pelas

autoridades governamentais e familiares. No início de cada ano é elaborada a constituição de classe pela turma, a partir da observância dos dez mandamentos mediada pelo professor, a fim de estabelecer a Lei de Deus para a turma na sala de aula. A ênfase, mais uma vez, devem ser as características internas que cada indivíduo deve desenvolver, a fim de manifestar os comportamentos adequados para o bom convívio da turma. O alvo são a mente e o coração do educando, e como consequência também viabiliza uma regulamentação da rotina escolar.

A intenção dessa ferramenta é o ensino de que as leis de Deus não visam a punição, mas a proteção e cuidado daqueles que a cumprem, que gozam de direitos e deveres para exercerem sua liberdade de maneira responsável com sua própria vida e as demais. Trabalha o respeito e submissão a Deus como autoridade máxima, e às autoridades estabelecidas por Ele biblicamente, como os governantes da nação, pais, responsáveis legais, parentes mais velhos, professores e funcionários da escola. É um instrumento de disciplina para manter um padrão justo para todos os alunos, com critérios claros, pré-estabelecidos e acordados, segundo os preceitos bíblicos. Além de trabalhar conceitos de cidadania, direitos e deveres, justiça, igualdade, disciplina.

A constituição da sala de aula - instila o caráter e a consciência cristãos, capacitando o aluno a assumir a responsabilidade por seu próprio aprendizado e pelo ambiente de aprendizado em que ele concorda contratualmente em praticar o autogoverno. (site da FACE).

Sugere-se que a Constituição de classe fique pendurada em local visível da sala de aula, com assinatura de professores e alunos, e estes recebam uma cópia para arquivar em seus fichários.

7. Linha do tempo

Essa ferramenta não pode ser confundida com uma mera cronologia de fatos e sequência de eventos, porque o objetivo central é:

expressar o que se pode ver da ação de Deus por meio de pessoas e eventos para o cumprimento dos Seus planos em nós, e por meio de nós. (...) sobre como a soberania divina conduz a história de modo providencial. (LIMA, 2018, p. 99).

Trata-se de uma ferramenta gráfica, com apelo visual, em que cada evento da linha do tempo é denominado de “link” ou “elo”, e deve ser localizado ao longo do tempo, partindo dos acontecimentos bíblicos e da História do Cristianismo. Como exemplo de linha do tempo para a História do Brasil, a autora Souza (2015) destaca os seguintes eventos chave:

1.Criação (do mundo por Deus) – 2.Queda (pecado entra no mundo) – 3.Dilúvio (A Arca de Noé) – 4.Lei (Dez Mandamentos por Moisés) – 5.Evangelho (Jesus: vida, morte e ressurreição) – 6.Cristianismo (expansão da igreja pelos apóstolos e viagens missionárias do apóstolo Paulo) – 7.Reforma Protestante (Martinho Lutero) – 8.Descobrimento da América (Cristóvão Colombo) – 9.Descobrimento do Brasil (Pedro Álvares Cabral) – 10.Invasão Francesa (Registro da primeira confissão de fé das Américas) – 11.Invasão Holandesa (Maurício de Nassau e a primeira igreja cristã brasileira) – 12.Independência (Dom Pedro I) – 13.Tradução da Bíblia (Novo Testamento em português por João Ferreira de Almeida em 1681, e 1753 com o Antigo Testamento) – 14.Abolição (Lei Áurea) – 15.República (Marechal Deodoro da Fonseca).

8. Oportunidades de serviço

Baseado em ensinamentos de Jesus como “quem quiser tornar-se importante entre vocês deverá ser servo” (BÍBLIA, Mt 20.26b), visa a formação de líderes com caráter de servos, sensíveis às necessidades dos outros e proativos a atendê-las de maneira inteligente, eficaz e criativa. Isso se dá ao proporcionar situações em que o educando é estimulado a fazer bom uso das habilidades, dons e conhecimentos desenvolvidos durante o processo de aprendizagem, por meio do serviço ao próximo e à comunidade. É possível ser trabalhado desde pequenas situações corriqueiras na rotina escolar, como limpeza e organização da sala de aula, auxiliar um colega em alguma atividade, cooperar no preparo de materiais juntamente com a professora; bem como em eventos maiores, que podem ser de caráter social, como campanhas beneficentes e solidárias, mutirões de limpeza no bairro, visitas a asilos e orfanatos, por exemplo.

9. Avaliação contínua

Em oposição à avaliação restrita a testes e provas, a AEP adota uma avaliação contínua, o que não significa improvisada, mas bem planejada e estruturada não só nos métodos avaliativos de cada área do conhecimento, como critérios de avaliação claros e bem definidos para cada atividade. Deve levar em consideração a participação do aluno, não só sua presença, mas seu envolvimento ativo nas atividades, sua organização, relacionamento com a turma, cumprimento dos exercícios para casa (não apenas o acerto, mas a responsabilidade em executá-los). Cada um desses aspectos é considerado traço de virtudes de caráter e, por isso, deve ser reconhecido e valorizado.

Referindo-se ao professor, é necessário que dê o retorno das atividades, e que a correção de trabalhos seja precisa, identificando não só os erros, como pontuando quais seriam as respostas certas que não foram dadas. Assim, o aluno compreende com clareza o motivo pelo qual não alcançou o esperado, e também tem o registro do correto para estudos posteriores.

10. Belas Artes

Trata-se do resgate do que é belo, da contemplação da beleza criada por Deus e por suas criaturas, que O revela e manifesta a Sua Glória, identificando significados bíblicos e princípios presentes nas obras de artes reconhecidas mundial e historicamente. Essa ferramenta deve ser aplicada não só a partir da apreciação artística, como também por meio do estudo e produção das Belas Artes, não apenas como releituras, mas sobretudo com produções autênticas e criativas dos educandos, com propósito e destino, não para descarte. Isso pode ser realizado por meio de pinturas, desenhos, textos, ensaios, peças teatrais, construções, composições, melodias, esculturas, vídeos, entre outros.

Exemplos de Belas Artes famosas dados por Lima (2015, p. 102) são música sacra de Bach, pinturas de Rembrandt sobre textos bíblicos, esculturas de Michelangelo. Sobre essa ferramenta, no site da FACE consta:

Ênfase nas artes plásticas e nas artes liberais - construir a pessoa de dentro para fora exige que o professor incentive a criatividade, o talento, os presentes e as habilidades inerentes do aluno, buscando o propósito único de cada um em Cristo.

11. Memoriais

“Os memoriais marcam a memória, estimulam o raciocínio, elevam as emoções, trazem esperança, ajudam a memorizar a verdade de Deus” (LIMA, 2018, p. 102). Partindo da palavra “memória”, essa ferramenta consiste na elaboração de materiais que visam marcar as memórias a fim de que alguma importante experiência vivida não caia no esquecimento, mas seja devidamente reconhecida e lembrada, exercitando a memória para manter um coração constantemente grato.

Nas Escrituras bíblicas, Deus utiliza inúmeros memoriais para lembrar o povo de Seus feitos em prol deles, como decretos, objetos, monumentos, cerimônias. Esses memoriais eram instrumentos fundamentais para o ensino das novas gerações a respeito das obras, sinais, maravilhas e milagres divinos, para que não caíssem no esquecimento do povo, e este não deixasse de ser grato por tudo o que Deus fez. Um exemplo de memorial é a festa da Páscoa (BÍBLIA, Ex 12), em que cada elemento da mesa de refeição serve como símbolo de lembrança de pontos da história da conquista da Terra Prometida, depois da libertação da escravidão do povo israelita que eram escravizados pelos egípcios.

Na sala de aula, com os alunos, diferentes itens podem ser utilizados como memoriais, tais como: fotografias de momentos significativos, esculturas, desenhos, pinturas, placas, eventos em datas específicas, textos (cartas, bilhetes, poesias), álbum com figuras ilustradas, pequenas lembrancinhas, canções, plantações, alguma pedra ou concha de um passeio escolar ou trabalho de campo. É válido ressaltar que para ser um memorial é fundamental ter um significado importante (CARTAXO 2014 apud LIMA 2018).

12. Celebração da aprendizagem

Inspirada pelas festas, eventos e celebrações bíblicas, em que o povo se reunia para se regozijar e louvar ao Senhor por Seus grandes feitos, a EP defende que na escola também deve haver espaço para a celebração de marcos como o fim dos períodos/bimestres escolares, a vitória em um campeonato, esporte ou atividade escolar ou entre escolas, a realização de um

projeto, cumprimento de desafios, superação de dificuldades, entre outros. Essas celebrações podem ser só da turma, como da escola, inclusive aberta às famílias e comunidade, para apresentação dos trabalhos e atividades concluídas. É importante que os próprios estudantes também organizem esses eventos, sob orientação e supervisão do professor, e as famílias possam se envolver.

O principal intuito é estender os aprendizados a outros e glorificar a Deus por todas as conquistas concedidas por Ele. Sobre isso, Lima (2018, p. 103) afirma que:

é mais do que a cerimônia em si, mas o espírito de gratidão e adoração a Deus pelos alvos alcançados no estudo e pelo conhecimento adquirido (...). Não apenas o esforço é reconhecido, mas também os resultados são enumerados para a alegria dos alunos e louvor do Senhor.

Diante do que foi apresentado a partir das ferramentas, podemos concluir que um aspecto marcante dessa metodologia é a visão de oportunizar que os próprios educandos trabalhem na construção de seus materiais de estudo, partindo de suas próprias pesquisas, ao invés de simplesmente se apoiarem em materiais pré-fabricados, como livros e apostilas prontas, apenas recebendo informações de modo passivo. Sobre isso, Youmans (2017) afirma que tanto o professor quanto o estudante tornam-se produtores ativos ao invés de consumidores passivos no processo educacional.

Além da apropriação do conhecimento durante um aprendizado efetivo e aprofundado, o caráter cristão do indivíduo também é desenvolvido, o que é enfoque prioritário da AEP. Vale ressaltar que mais importante do que seguir os quatro passos e utilizar as doze ferramentas é ensinar aos alunos a arte de aprender, de forma que o conhecimento se torne propriedade do educando e, sobretudo, desenvolver em cada indivíduo um caráter cristão e uma mente que pensa biblicamente.

Também é importante ressaltar que a proposta metodológica da AEP não é exclusiva para o ensino dos alunos. Na verdade, deve partir primeiramente dos estudos do professor, que ensina como aprende, utilizando a metodologia com os quatro passos e as doze ferramentas para seu estudo

pessoal, somente assim pode dominar o método e aplicá-lo com sua turma. A metodologia proposta pela EP “é um poderoso instrumento para estudo e pesquisa de temas bíblicos teológicos, bem como assuntos acadêmicos nas mais diversas áreas do conhecimento”, conforme Lima (2018, p. 106).

2.6 FUNDAMENTAÇÃO CURRICULAR DA EP

Todo currículo, segundo Rinaldi (2018, p. 110-111), está fundamentado em uma teoria que reflete uma visão de mundo que influencia suas intenções educacionais e a seleção de conteúdo, e fundamenta-se também em pressupostos filosóficos e metodológicos. Sendo assim, se por meio da Filosofia responde-se o “Por quê?”, a partir da Metodologia o “Como?”, é por meio do Currículo que respondemos “O que?”. Dessa forma, podemos compreender o Currículo como a sistematização da trajetória traçada para que o educando percorra, constituído por disciplinas e atividades, visando um objetivo claro.

Segundo Silva (2014, p. 14-15):

aquilo que o currículo é depende precisamente da forma como ele é definido pelos diferentes autores e teorias (...) A questão central que serve de pano de fundo para qualquer teoria do currículo é a de saber qual conhecimento deve ser ensinado (...) teorias do currículo deduzem o tipo de conhecimento considerado importante justamente a partir de descrições sobre o tipo de pessoa que elas consideram ideal. Qual é o tipo de ser humano desejável para um determinado tipo de sociedade? (...) A cada um desses ‘modelos’ de ser humano corresponderá um tipo de conhecimento, um tipo de currículo. No fundo das teorias de currículo está, pois, uma questão de ‘identidade’, de ‘subjetividade’.

É importante reiterar que, assim como na estruturação de sua filosofia e metodologia, a AEP também se fundamenta na Bíblia para a construção de seu Currículo, a fim de expressar a fé, os princípios que norteiam essa Abordagem educacional, e a cultura cristã. Desse modo, o modelo de ser humano desejável por ser o único considerado ideal é o de Jesus Cristo, segundo o qual os alunos devem ter seu caráter construído. Essa é a identidade que o currículo cristão visa formar. Como tudo na EP, o currículo também precisa priorizar o desenvolvimento do caráter interno do indivíduo que naturalmente vai ser refletido externamente.

Na Bíblia, o apóstolo Paulo demonstra ter uma Missão e Visão (BÍBLIA, At 20.18-24), do mesmo modo Rinaldi (2018) afirma que o responsável pela elaboração do Currículo precisa ter, pois se o currículo secular parte do conhecimento do homem, o currículo cristão precisa partir do conhecimento de Deus, e “a melhor maneira de formar uma cosmovisão cristã é fazer que esta cosmovisão permeie sua filosofia, currículo e métodos” (LYONS, 2009, p. 22).

O objetivo curricular da AEP não é a memorização e acúmulo de conteúdos, tampouco só resultados quantificados em notas altas, ou mesmo numerosas aprovações em vestibulares. Mas sim o desenvolvimento do raciocínio bíblico a partir de uma cosmovisão cristã, que garanta o aprendizado de princípios que fundamentam o verdadeiro conhecimento e sabedoria segundo a Bíblia. Visa que os estudantes se tornem aptos a transporem para suas próprias vidas e realidades os conteúdos escolares, partindo dos princípios bíblicos. Desse modo, forma os educandos integralmente, em todas as esferas de suas vidas: social, política, econômica, compreendendo que todas constituem o ser espiritual.

Rinaldi (2018, p. 112) defende que o alvo do Currículo deve ser o mesmo da Palavra de Deus, descrito em 2 Tm 3.16-17: “Toda a Escritura é inspirada por Deus e útil para o ensino, para a repreensão, para a correção e para a instrução na justiça, para que o homem de Deus seja apto e plenamente preparado para toda boa obra.”

Tudo isso deve ser feito sem negligenciar os objetivos educacionais de acordo com a legislação vigente, que precisam ser plenamente cumpridos, contudo, não como finalidade, mas como meio para o alvo maior.

É fato que precisamos ensinar muitos conteúdos referentes às Ciências, à Linguagem, à História e Geografia, à Escrita e a Matemática! Mas esse ensino deve ter a sua origem em Deus e tudo que for ensinado precisa estar em perfeita harmonia e coerência com os princípios bíblicos. O ensino do pensar biblicamente, a partir de princípios bíblicos, traz a revelação que dá significado às disciplinas e ao conteúdo. (RINALDI, 2018, p.114).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais abordam os conteúdos em três grandes categorias: conteúdos conceituais, que envolvem fatos e princípios; conteúdos procedimentais e conteúdos atitudinais, que envolvem a abordagem

de valores, normas e atitudes (BRASIL, PCNs, 1997). Para atendê-los, a AEP os relaciona com sua metodologia da seguinte forma:

- **Conteúdos conceituais:** Refere-se à construção das capacidades intelectuais a fim de permitir ao aluno atribuir significado ao conhecimento ministrado e relacioná-lo a outros. Na abordagem por princípios este conteúdo será introduzido através da metodologia do PRRR, nos passos Pesquisar e Raciocinar.
- **Conteúdos Procedimentais:** Refere-se às ferramentas necessárias para que a criança realize suas ações educativas. Essas ferramentas têm a ver com o processo, os passos, as ferramentas. Na abordagem por Princípios este aspecto é trabalhado também na metodologia do PRRR, no terceiro e quarto passo, Relacionar e Registrar, onde o enfoque é relacionar o aprendido com a vida.
- **Conteúdos Atitudinais:** Nestes conteúdos o aprendizado se dá a partir do relacionamento. Aqui entra a questão do currículo vivo, é um currículo oculto, porém demonstrado nas atitudes. Além disso, esse conteúdo é contemplado principalmente no terceiro passo, o de Relacionar, onde o aluno irá relacionar o ensino com sua vida e realidade. O relacionamento com os demais alunos, o valor e respeito aos colegas também faz parte dos conteúdos atitudinais. (AECEP 2010, p. 35- 36 apud OLIVEIRA, 2015, p.46).

Quanto às disciplinas, no currículo da AEP todas centralizam e partem de um mesmo ponto em comum: a Bíblia, que é considerada a fonte balizadora de todo conhecimento. Inclusive, a Bíblia é uma das disciplinas curriculares, sendo ensinada de acordo com as especificidades de cada faixa etária. Embora seja uma disciplina específica com carga horária exclusiva, não deixa de fazer parte de todas as demais disciplinas em cada área: humanas (História, Geografia), linguagens (Língua Portuguesa e estrangeira), exatas (Matemáticas), biológicas (Ciências), Artes e Educação Física, pois todas são fundamentadas nos princípios bíblicos. Sobre isso, Borges (2001, p. 200) exemplifica da seguinte maneira:

As histórias bíblicas são consideradas material de extrema relevância para o aprendizado de conceitos concretos ou abstratos. Como exemplo, uma professora poder servir-se da história de Zaqueu para ensinar a letra Z, os conceitos de alto e baixo, grande e pequeno, em cima e embaixo, muito e pouco, etc., enfatizando o Princípio da Individualidade (Zaqueu era diferente de todas as demais pessoas da multidão), de Caráter (as atitudes de Zaqueu revelavam seu caráter; sua disposição em mudar de atitude demonstram transformação de caráter), etc. (BORGES, 2001, p. 200).

Para Rinaldi (2018, p.121), todas as disciplinas devem ser introduzidas por alguma forma criativa que sirva de inspiração para que sejam estudadas, a fim de chamar atenção do aluno, despertar seu interesse, curiosidade e desejo

pelo aprendizado. Por isso, para a autora, no início do ano letivo os professores devem investir tempo em inspirar seus alunos a respeito da disciplina que ministram, bem como em fundamentá-la bem, pois os princípios não se restringem aos sete bíblicos, mas cada disciplina também possui os princípios que a constituem, e entender isso dá sentido ao aprendizado, motivando a busca por este.

É importante ressaltar que um currículo cristão para a EP deve se utilizar dos conteúdos para ensinar a Bíblia, e não o contrário, pois o enfoque é o ensino das Escrituras, e o conteúdo se torna um instrumento usado para alcançar este objetivo. Dessa forma, na AEP, assim que o assunto da aula é escolhido, é feita uma pesquisa bíblica sobre o mesmo, partindo do conhecimento bíblico como principal fonte. Assim, todas as disciplinas são unificadas biblicamente.

Não somente no planejamento da aula, mas primeiramente na elaboração do currículo também é utilizada a metodologia dos quatro passos ou 4R's da AEP. Isto é, partindo da Bíblia como fonte primária, seguida do dicionário Webster, com auxílio de dicionários e concordâncias bíblicas, incluindo o estudo de biografias de heróis da fé (BÍBLIA, Hb 11) e das nações. Para tanto, foram elaborados pela AECEP sete passos para orientar a construção de um currículo cristão:

- 1º) Definição do vocabulário- onde o professor selecionará as palavras-chave relacionadas à matéria e procurar o seu significado e origem com o objetivo de descobrir suas raízes para depois montar um plano de curso;
- 2º) Pesquisar o vocabulário nas escrituras- a partir do vocabulário construído anteriormente, o professor deve buscar na bíblia textos que se relacionam com as palavras definidas, analisando sempre seu contexto. Após encontra-los, suas referências devem ser inseridas no plano;
- 3º) Raciocinar e chegar a conclusões a partir das definições e das escrituras- deduzindo o alvo e propósito da matéria, como ela pode ser útil dentro e fora do contexto escolar, etc.;
- 4º) Pesquisar e descobrir a história cristã da matéria- neste ponto o professor deverá pesquisar a história da disciplina, como ela surgiu, seus principais pensadores, suas relações com a corrente do cristianismo, entre outros aspectos;
- 5º) Estruturar o plano de curso de acordo com os sete princípios- identificando nas definições ligações existentes com os princípios;
- 6º) Escrever o plano de curso para uma série específica- listando objetivos para os alunos, estruturando o que será trabalhado de acordo com a faixa etária bimestralmente ou semestralmente, de forma curta ou detalhada;
- 7º) Escrever o desenvolvimento do curso- este ponto é escrito no decorrer do ano, enquanto o professor ensina ele registra aquilo que de fato ensinou, e será utilizado para a elaboração do currículo do ano posterior. Além

disso, há outro aspecto utilizado na elaboração de um currículo. Quando cada disciplina é definida biblicamente é feita a definição do propósito vertical e horizontal desta. O propósito horizontal tem a ver com a relação do indivíduo com indivíduo, e a vertical é a relação do indivíduo com Deus. (AECEP apud OLIVEIRA, 2015, p. 42-43,).

Como já previamente mencionado, existe um currículo totalmente elaborado conforme a Educação Por Princípios, denominado The Noah Plan (FACE), que pode servir como um modelo de referência, mas não para ser adotado integralmente, pois é necessário que o currículo seja elaborado pela própria equipe da escola, ao invés de adotar um currículo externo de outra instituição ou delegar a terceiros seu planejamento. O currículo precisa ser adaptável e flexível, desde que as mudanças preservem o propósito e efeito do plano original, e a metodologia seja dominada e praticada fielmente. É importante que o currículo seja personalizado visando atender o próprio corpo discente, levando em conta seu contexto particular, e suprimindo as especificidades de seu público alvo.

É importante destacar que é fundamental o acompanhamento desse currículo durante a sua execução, listando o que de fato está sendo ensinado, e não apenas o que se pretende ensinar. Dessa maneira, ao fim do ano letivo é possível analisar, avaliar e revisar o currículo a fim de aperfeiçoá-lo para o ano seguinte. Esse registro quanto à aplicação do currículo, deve ser feito pelo professor em seu próprio fichário de anotações, pois este não se trata de uma ferramenta apenas para os alunos, mas primeiramente para o professor, que deve ensinar com seu próprio exemplo de uso.

Nesse ponto, é válido enfatizar o papel do professor, pois este é considerado como “currículo vivo” na AEP. Não basta ter domínio do conteúdo, sem primeiramente vivenciar o que se ensina. O professor é o primeiro construtor de conhecimento e material, pois nas escolas que adotam a Educação Por Princípios, não há utilização de livros ou apostilas didáticas prontas e pré-fabricadas. Cabe ao professor primeiramente um comprometimento com a leitura e estudo bíblico constante, e uma vida norteada pelos princípios da mesma. Em segundo lugar, o professor deve dominar os quatro passos e as doze ferramentas a partir de seus estudos pessoais e na construção de seu material de ensino. Somente então, o

professor poderá ensinar partindo do próprio exemplo, relacionando todo o conhecimento com as Escrituras, seus princípios, a vida dos estudantes, e as demais disciplinas e conhecimentos previamente trabalhados.

Antes de trabalhar o caráter do aluno, é essencial que o professor tenha o seu próprio caráter forjado segundo o de Cristo, como seu modelo pessoal de vida e mestre. Jesus demonstra nas Escrituras sua amabilidade, solicitude, disponibilidade, paciência, bem como respeito e tempo que dedicava a cada pessoa de maneira única e especial. Jesus também demonstrava dar valor ao ensino, utilizando-se do contexto de vida e do que era comum ao povo para ensinar, por meio de ilustrações que faziam parte da cultura das pessoas às quais se dirigia, com parábolas, comparações, metáforas, exemplos, de forma a concretizar ensinamentos abstratos para facilitar a compreensão de um público majoritariamente iletrado, suprimindo suas necessidades.

De modo semelhante, o professor segundo a EP deve cultivar em seus educandos o amor e a inspiração pelo conhecimento, a partir de um relacionamento que evidencia os princípios em sua prática educativa, cooperando para um ambiente acolhedor e harmonioso em sala de aula, estimulando o aprendizado. Assim, contribuindo para o cumprimento do que afirma as Escrituras de que “O discípulo não está acima do seu mestre, mas todo aquele que for bem preparado será como o seu mestre.” (BÍBLIA, Lc 6.40).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente monografia discorreu sobre a Abordagem Educacional por Princípios (AEP), objetivando ampliar o conhecimento a respeito da mesma, ao pesquisar em que consiste, qual sua origem, como surgiu, em que se fundamenta, quais as concepções de criança e educação que adota, qual sua estruturação teórica filosófica, metodológica e curricular. Apesar de se tratar de uma abordagem internacional, de ter chegado ao Brasil no milênio passado e estar sendo implementada por um número crescente de instituições educativas no Brasil - que se trata de um país majoritariamente cristão -, essa proposta ainda não é amplamente conhecida nem no âmbito educacional nem eclesiástico brasileiro, tampouco há muitas pesquisas dedicadas a estudá-la.

Nesse contexto, a presente monografia também pretendeu identificar qual é o diferencial da proposta da AEP, o que apresenta de inovador diante do cenário educativo brasileiro que já possui um repertório de educação confessional cristã, bem como a concepção de aluno como sujeito ativo no processo de ensino-aprendizagem, e ensino que prioriza o interior e a formação integral do sujeito.

Em virtude dos aspectos observados, um ponto que ficou em evidência e que pode ser considerado um diferencial, é a primazia que a AEP confere à Bíblia em todas as etapas do processo educativo.

Certamente, o uso da Bíblia por si só não pode ser considerado inovador, por se tratar de um livro histórico-milenar presente na cultura há séculos, e utilizado por diversas instituições confessionais tradicionais e até contemporâneas, nacional e internacionalmente. No entanto, na EP a Bíblia não é ensinada de forma fragmentada durante um tempo específico da grade horária, a partir de uma disciplina dedicada exclusivamente ao ensino religioso. Pelo contrário, apesar de na AEP também haver uma disciplina curricular particularmente destinada ao Ensino Bíblico, levando em consideração as especificidades de cada faixa etária, a Bíblia faz parte de todas as demais disciplinas, independentemente da área do conhecimento: humanas, exatas, biológicas, linguagens, e até mesmo artes e educação física. Todas as disciplinas centralizam a Bíblia e se encontram interligadas entre si por partirem desse mesmo ponto em comum.

O conhecimento bíblico na AEP não é trabalhado de maneira transversal, sendo meramente acoplado aos conteúdos e materiais pré-fabricados, mas sim como base norteadora e fonte primária para a construção de todo o conhecimento, desde o currículo escolar, perpassando pelo material construído pelo professor, a forma de estudo deste, até cada etapa do processo de ensino e aprendizagem dos educandos. A EP defende que a Bíblia deve ser a fonte balizadora de todo conhecimento e, portanto, todos os conteúdos devem estar fundamentados nos princípios bíblicos.

Considerando esses aspectos, pode-se concluir que os educandos formados segundo a AEP terão um domínio diferenciado do conhecimento bíblico, de forma mais embasada, aprofundada, visto que não se trata de uma mera obtenção de informações teológicas, ou de decorar e recitar passagens bíblicas por si só. Pelo contrário, toda a metodologia da proposta, quando bem aplicada, visa o aprendizado a partir da construção e assimilação significativa do saber, por meio do raciocínio crítico e criativo, problematizações e questionamentos que levem a pesquisas pessoais, relação com a própria vida e contexto do educando, e registros concretos e autorais do mesmo como aplicação prática. Os educadores são desafiados a aprender até a realidade material - e não só a espiritual - sob a ótica dos princípios bíblicos, de maneira a proporcionar um ensino partindo primeiramente do exemplo pessoal.

Há outros diferenciais na Educação por Princípios que podem ser considerados inovadores, entretanto destaco esta dimensão bíblica da abordagem, pois considero a mais relevante. Embora a AEP tenha a Bíblia como base para pautar sua concepção de criança, aprendizagem e educação, e talvez justamente por seguir essa fundamentação bíblica à risca, parece optar intencionalmente por excluir teóricos científicos para tais conceituações. Ainda que a proposta apresente consistência nos estudos bíblicos, não inclui a discussão científica em seu embasamento teórico-metodológico. Aparentemente esse aspecto se dá de maneira intencional devido à discordância das filosofias que fundamentam tais teóricos da infância e educação por não se pautarem na Bíblia, no entanto, acaba negligenciando a importância das contribuições científicas, e da psicologia como campo do saber que toma a infância como objeto de estudo.

Tendo em vista os aspectos pontuados, acredita-se que esta pesquisa possa contribuir para a maior compreensão do que consiste a Abordagem Educacional por Princípios, sua proposta pedagógica, sua estruturação teórico-metodológica. Assim como apresenta em que a AEP se difere de outras propostas educativas cristãs, e chama atenção para a lacuna de referenciais científicos da proposta.

Espera-se que este estudo, assim como outros complementares que também abordem o mesmo tema, possa colaborar para a formação de futuros educadores interessados em adotar uma proposta educativa cristã, ou mesmo uma educação diferenciada baseada em princípios que, independentemente de religião, tratam de valores que podem agregar à educação e à sociedade de maneira mais ampla.

Por fim, sugere-se que outros trabalhos sejam desenvolvidos na mesma linha, visando ampliar o conhecimento e a compreensão da abordagem, promover maior aprofundamento do tema e levantar novas problematizações e questionamentos a respeito do assunto, que está longe de se esgotar.

REFERÊNCIAS:

- ADAMS, Carole G. **A Ideia Cristã de Criança: Conceção e Implicações**. Tradução de Fernando Guarany Jr. 1.ed. Belo Horizonte: Copyright, 2006.
- ALVES, Monica Pinz. **ABORDAGEM POR PRINCÍPIOS POSSIBILITA A RESTAURAÇÃO MORAL E ÉTICA NA EDUCAÇÃO**. Revista Batista Pioneira v. 1, n. 2, dezembro/2012. Disponível em: <http://ead.batistapioneira.edu.br/ojs/index.php/rbp/article/view/12/20>
- ALVES, Monica Pinz. **Educação por princípios: uma abordagem de ensino e aprendizagem para o pleno desenvolvimento do indivíduo**. 2015. 198 p. Tese (Doutorado em Teologia) - Faculdades EST, São Leopoldo, 2015.
- AMADEU, Maria Simone Utida dos Santos; et. al. **Manual de normalização de documentos científicos de acordo com as normas da ABNT** / – Curitiba: Ed. UFPR, 2015.
- ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981. Disponível em: <<http://files.grupo-educacional-vanguard8.webnode.com/200000024-07a9b08a40/Livro%20PHILIPPE-ARIES-Historia-social-da-crianca-e-da-familia.pdf>>.
- ASSOCIAÇÃO DAS ESCOLAS CRISTÃS DE EDUCAÇÃO POR PRINCÍPIOS**. Disponível em: <www.aecep.org.br>.
- ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE ESCOLAS CRISTÃS**. ACSI Brasil. Disponível em <<https://acsi.com.br/>>.
- BÍBLIA SAGRADA ONLINE** – Nova versão Internacional (NVI). Versão completa e gratuita da Bíblia. 2009 – 2020. 7 graus. Disponível em: <<https://www.bibliaon.com/>>.
- BORGES, Inez Augusto. **Educação e Personalidade: a dimensão sócio-histórica da educação cristã**. São Paulo: Editora Mackenzie, 2001.
- BORGES, Inez Augusto. **OS PRINCÍPIOS BÍBLICOS NA HISTÓRIA DAS NAÇÕES**. Revista de Ciências e Humanidades Primus Vitam N° 6 – 2º semestre de 2013. Disponível em: http://delphos-gp.com/primus_vitam/primus_6/inez.pdf
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/crianca-e-adolescente/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-versao-2019.pdf>>.
- _____. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. 2010. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9749&t=destaques>>.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** / Secretaria de Educação Básica. – Brasília : MEC, SEB, 2010.. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9769-diretrizescurriculares-2012&category_slug=janeiro-2012-pdf&Itemid=30192>

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>

BRITO, Hélvia. **Início da história da Educação por Princípios no Brasil e a vida de Cida Mattar**. 2014. Disponível em: <<https://aecep.org.br/o-inicio-da-historia-da-educacao-por-principios-no-brasil-e-a-vida-de-cida-mattar/>>.

CARTAXO, Rubens Dantas. Fundamentos filosóficos da AEP. In: LIMA, André de Souza; et. al. **Abordagem Educacional por Princípios: um primeiro olhar**. São Paulo: AECEP, 2018. p. 45-82.

COMENIUS, J. A. **Didática Magna**. Tratado da Arte Universal de Ensinar tudo a todos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1966. Disponível em: https://www2.unifap.br/edfísica/files/2014/12/A_didactica_magna_COMENIUS.pdf

DAMIANI, Magda Floriana; NEVES, Rita de Araujo. **Vygotsky e as teorias da aprendizagem**. UNirevista v. 1, nº 2, abril/2006. Disponível em: <<http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/3453/Vygotsky%20e%20as%20teorias%20da%20aprendizagem.pdf?sequence=1>>.

Dicionário Etimológico: etimologia e origem das palavras. © 2008 - 2020. Disponível em: <https://www.dicionarioetimologico.com.br/>

FELIPE, Jane. **O Desenvolvimento Infantil na perspectiva sociointeracionista**: Piaget, Vygotsky, Wallon. In: CRAIDY, Carmem Maria; KAERCHER, Gládis Elise P. da Silva. Educação Infantil: Pra que te quero? – Porto Alegre: Artmed, 2007. 27-38 p. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=lang_pt&id=XB50O9zOZTQC&oi=fnd&pg=PA27&dq=piaget+desenvolvimento+infantil&ots=QBhyYEJyEe&sig=v8GG2dO8KWnsR1pwP3UgrNr36O8#v=onepage&q&f=false>.

FERREIRA, Arthur Arruda Leal; ARAÚJO, Saulo de Freitas. **Da invenção da infância à psicologia do desenvolvimento**. Revista Psicologia em Pesquisa. v. 3, n. 2, 17/dezembro/2017. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/psicologiaempesquisa/article/view/23642>

FERREIRA, Arthur Arruda Leal. O Múltiplo surgimento da Psicologia. In: JACÓ-VILELA, Ana Maria; FERREIRA, Arthur Arruda Leal; PORTUGAL, Francisco Teixeira. **História da psicologia**: rumos e percursos. Rio de Janeiro: Nau Ed., 2006. Disponível em:

<[http://fms.edu.br/downloads/Psicologia/Historia da Psicologia - Rumos e percurs%20\(1\).pdf](http://fms.edu.br/downloads/Psicologia/Historia_da_Psicologia_-_Rumos_e_percurs%20(1).pdf)>.

FROTA, Ana Maria Monte Coelho. **Diferentes concepções da infância e adolescência**: a importância da historicidade para sua construção. Estudos e Pesquisas em Psicologia, vol. 7, núm. 1, UERJ, abril, 2007. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/4518/451844613015.pdf>>.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. John Locke e o individualismo liberal. In: WEFFORT, Francisco C. (org.). **Os clássicos da política**. São Paulo: Editora Ática, 2001, v. 01, p. 80-110. Disponível em: <https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/30355065/537006_4_-_jonh_locke.pdf?1355919684=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DJohn_Locke_eo_individualismo_liberal.pdf&Expires=1612032730&Signature=la2vUVgxRGOZsML9DITJrkdWZ9S0xVPRr8j8qg02GYO8J5-Fq~VaMTi~oSgBZiyYeHJMGRMCN6YDiP4XEf2c8t3QXsalvLxIOw8GuUUkzz~e15XSNMqsYVypsAfsYJajRVSVj1sb4STKAEe2vbhniLmKZmYKp5hzKIHdeLDd w4B~bDI-0uEMMPWnBGD5zqjNnzT~mE21ZcCgWJG4R-HnFt75OVZzp7kgz1s41bzDQVtHK-QWnq6jPTzBRexYM7Z2LM6~fx-PCbb8ZYHuL3igakdAoh6C0aM1nasj8ftdAoRqigSYFH7PZtXKQHzQ82B74I~yRtCV87zCTNSV4DE27g__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA>.

Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. 2015. Editora Melhoramentos Ltda. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/>>.

InfoGuiaCristão. © 2017. Disponível em: <http://infoguiacristao.com.br/escolas/?s=&s+=escolas+crist%C3%A3s&advanced_search=yes>.

IVENICKI, Ana; CANEN, Alberto Gabbay. **Metodologia da Pesquisa**: rompendo fronteiras curriculares. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda., 2016.

JEHLE, Paul. **Educação Cristã**: Convicção X Preferência. 2018. Disponível em: <https://aecep.org.br/educacao-crista-conviccao-x-preferencia-paul-jehle/>

LIMA, André de Souza. Fundamentos metodológicos da AEP. In: _____. **Abordagem Educacional por Princípios**: um primeiro olhar. São Paulo: AECEP, 2018. p. 83-108.

LIMA, André de Souza; RINALDI, Ana Beatriz; CARTAXO, Rubens Dantas. **Abordagem Educacional por Princípios**: um primeiro olhar. São Paulo: AECEP, 2018.

LIRA, Marcilio de Souza Filho. **RELAÇÕES ENTRE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO EM PIAGET E EM VYGOTSKY: DICOTOMIA OU COMPATIBILIDADE?** Revista Diálogo Educacional, [S.l.], v. 8, n. 23, p. 265-275, jul. 2008. ISSN 1981-416X. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/4039/3955>>.

LYONS, Max T. **A abordagem por Princípios: O método Educacional Utilizado para Desenvolver uma Cosmologia Bíblica.** Tradução de Fernando Guarany Jr. 1. ed. Belo Horizonte: Copyright, 2006.

MOTA, Márcia Elia da. **Psicologia do desenvolvimento: uma perspectiva histórica.** Temas em psicologia, Ribeirão Preto, v. 13, n. 2, p. 105-111, dez. 2005. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2005000200003&lng=pt&nrm=iso>.

OLIVEIRA, Camila Ribeiro de. **A educação cristã por princípios e sua aplicação.** 60 p. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) - Instituto de Biociências, UNESP, Rio Claro, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/131825/000851791.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>.

RINALDI, Ana Beatriz. Fundamentos curriculares da AEP. In: LIMA, André de Souza; et. al. **Abordagem Educacional por Princípios: um primeiro olhar.** São Paulo: AECEP, 2018. p. 109-130.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade; uma introdução às teorias do currículo.** 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

SOUZA, Alcione. **Educação Por Princípios e suas ferramentas clássicas de ensino.** Belo Horizonte: AECEP, 2015.

The Foundation for American Christian Education (FACE). Disponível em: <https://face.net/about-us/>

The History of Webster's Dictionary. Disponível em: <http://webstersdictionary1828.com/NoahWebster>

The New Testament Church. Disponível em: <http://www.tntchurch.net/about-us/history/>

WEBSTER, Noah. **Dicionário da Língua Inglesa.** 1828. Foundation for American Christian. Disponível em: <http://webstersdictionary1828.com/>

YOUMANS, Elizabeth L.; ADAMS, Carole G. **Renovando a mente do educador.** Tradução de Fernando Guarany. São José dos Campos (SP): AECEP, 2017.